

Réplica a «Discussão do artigo “Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?”, de Luís Filipe F. R. Thomaz», de Fernando Branco¹

Luís Filipe F. R. Thomaz *

Antes de entrar na contradita, em que tenciono ser implacável, recorrendo sempre que necessário me pareça ao método da redução ao absurdo, cum-pre-me endereçar ao Eng.^o Branco vários agradecimentos.

Primeiramente, agradeço-lhe *in genere* as observações que fez, que, embora em nada tenham abalado a minha posição, me forneceram uma ocasião para examinar de novo, com mais atenção, a documentação subsistente e fundar melhor a minha argumentação.

Agradeço-lhe em segundo lugar não me ter feito perder tempo com argumentos *cubistas*, que, como nos dois artigos que dediquei ao assunto² creio ter demonstrado cabalmente, não merecem sequer ser discutidos, nem com a ideia peregrina de um Colombo agente secreto de D. João II que, como creio ter igualmente mostrado, é um perfeito absurdo histórico, já que contradiz frontalmente tudo o que se sabe da geopolítica da época. Não é, por certo, por mero acaso que, tanto quanto sei, nenhum historiador sério a tenha perfilhado, nem mesmo os que creem vislumbrar qualquer mistério nas origens do descobridor. Não deixa de ser curioso que todos os partidários das teorias de Mascarenhas Barreto no ativo sejam engenheiros, bem assim como dois amigos meus que comigo têm discutido verbalmente, o que me leva a admitir que haja entre a sua formação científica e os princípios básicos da metodologia e da crítica histórica³ qualquer incompatibilidade epistemológica que não consigo entrever. Em face

* CEHR, Universidade Católica Portuguesa; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. E-mail: luisfilipethomaz@yahoo.com

¹ Fernando Branco. 2017. «Discussão do artigo “Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?” de Luís Filipe F. R. Thomaz». *Expresso*, 3 de junho de 2016. Disponível em linha: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-06-03-Texto-de-Fernando-Branco-1#gs.nrOcXXo>.

² “Cristóvão Colombo e a vila de Cuba”, in *Brotéria – Cristianismo e Cultura*, vol. 179, 4, out. 2014, pp. 231-240; “Cristóvão Colón, português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. XVI, pp. 484-537.

³ Sobre esta matéria aconselharia a releitura das *Lições de Metodologia e Crítica Histórica*, do saudoso Padre Doutor António da Silva Rego, publicadas pela malograda Junta de Investigações do Ultramar em 1963.

da entropia que têm gerado nos meios académicos, dir-se-ia que formam como que uma *Desordem dos Engenheiros...*

Agradeço-lhe em terceiro lugar ter escolhido a via da carta dirigida à redação dos *Anais de História de Além-Mar* para contestar o meu artigo. Com 203 títulos publicados e mais doze no prelo, após 47 anos de experiência de ensino da História em três universidades portuguesas (para além de curtos períodos, como professor visitante, na *École Pratique des Hautes Études*, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e no *Institut National des Langues et Civilisations Orientales*, de Paris, na *Universiti Kebangsaan Malaysia* ou *Universidade Nacional da Malásia*, na *Universidade da Ásia Oriental*, em Macau, na *Universidade de Bordéus* e na *Universidade de Santa Cruz*, em Ilhéus, Brasil), creio ter o direito de me considerar um historiador profissional e, como tal, sentir repugnância em discutir matéria científica na praça pública.

Agradeço-lhe, finalmente, ter trazido a discussão para o campo da crítica e interpretação dos documentos, o único em que aceito discutir, já que em geral me não comove demasiado o argumento da autoridade e menos ainda a eleição da verdade histórica por maioria de votos, por doutos que sejam os votantes. Seja como for, o que compromete cientificamente um historiador é aquilo que escreve nas suas publicações e não em bilhetes de boas-festas ou cartas de cortesia. Confesso que em História permaneço assaz próximo da metodologia positivista. Na minha formação devo muito a mestres como o Padre Manuel Antunes, Jorge Borges de Macedo, A. H. de Oliveira Marques, Denys Lombard e outros; é contudo possível que em muitos aspetos tenha sido mais marcado pela influência de Joaquim Veríssimo Serrão, que ao tempo que orientou a minha tese era um positivista ortodoxo da escola coimbrã, e sobretudo pela de Jean Aubin, meu professor na *École Pratique des Hautes Études*, que classificaria como um “neopositivista esclarecido”. Ao longo de meio século de investigação e ensino da História comportei-me, por assim dizer, as mais das vezes como um positivista mais pela necessidade de “partir pedra” em muitos terrenos ainda por desbravar do que por convicção ideológica. Ora convém não esquecer que, se enxergamos hoje mais longe do que os positivistas dos séculos XIX-XX — e do que os seus precursores das centúrias precedentes, como Du Cange (1610-88), Mabillon (1632-1707), D. António Caetano de Sousa (1674-1759) ou D. Martín Fernández de Navarrete (1765-1844) —, é porque cavalgamos as suas espáduas. Prescindir do seu trabalho de publicação de fontes e apuramento dos factos seria como tentar construir um primeiro andar a uma casa sem rés-do-chão. Por isso prefiro reportar-me a Henry Harisse (1829-1910),

Cesare de Lollis (1863-1928), Alberto Salvagnini e seus continuadores como Consuelo Varela, do que às *tumbas de Mafoma* flutuando no espaço sem rés-do-chão, como a de Mascarenhas Barreto e sequazes seus. Se a História se não fizesse como estou habituado a fazê-la, procurando diligentemente os documentos e interrogando-os humildemente, eu não teria cometido um erro na vida: teria feito da minha vida inteira um erro! É ao nível dos factos que se situa a discussão sobre Colombo; por isso jamais se podem perder de vista os documentos e os eventos positivos. Será de um ponto de vista positivista que os irei discutir. Agradeço ao Eng.º Branco ter aceitado discutir nesse plano.

Entrando na discussão na generalidade das observações feitas pelo meu interlocutor, começo por notar que delas resulta evidente que a sua preocupação principal é demolir o meu artigo nos *Anais*, dizendo não só que é branco o que eu digo ser preto (o que se pode explicar por uma certa afinidade cromática) mas também que é preto o que eu digo ser branco (para o que não acho explicação plausível). Daí resulta uma metodologia zigzagueante que ora erige o testemunho de Hernando Colón em verdade incontestável, negando o que ao encontro dele afirmam documentos autênticos, ora o rejeita alegremente por não concordar com o que sem base sólida imagina. O resultado é uma espécie de *niilismo histórico*, em que nada está provado, restando por conseguinte largo campo à invenção. Daí que pareçam por vezes ser as premissas que se deduzem da conclusão e não a conclusão das premissas; tal é nomeadamente o caso do ponto n.º 10, “Os pagamentos dos Reis Católicos”.

Há que notar, por outro lado, que em estudos de macro-história, em que domina o jogo de forças coletivas, incluindo a luta de classes e quejandos, embora se não possa prescindir da crítica do testemunho, pode em certa medida abstrair-se do estudo dos caracteres individuais; mas isso não é possível na micro-história nem, *a fortiori*, na biografia. Ora, na sua crítica destrutiva, o Eng.º Branco parece desprezar inteiramente quer a personalidade de Colombo e a sua psicologia, quer as de seu filho, bem como as circunstâncias em que este redigiu a biografia paterna, do que resulta uma história de que está totalmente ausente a dimensão humana. Abusa, por outro lado, de verbos no condicional (“Um tecelão jamais seria”, etc.), o que mostra que está constantemente a comparar factos com suposições. Tal operação é, de feito, imprescindível pelo menos em dois casos: para conferir a aceitabilidade de testemunhos aparentemente inverosímeis e para colmatar as lacunas da documentação subsistente. Exige, no entanto, um grande conhecimento das instituições, das estruturas sociais, da mentalidade e

da conjuntura política da época, sem o que se corre o risco de incorrer em enormes erros, como sucede nomeadamente no que o Eng.º Branco escreve sobre os possíveis estudos de Colombo em Pavia.

E no entanto a crítica ao testemunho de D. Hernando Colón⁴ é geralmente fácil de fazer: o autor mostra-se em regra bem informado e, salvo um ou outro erro pontual, controlável pela comparação com fontes históricas seguras, não há razões para rejeitar o seu testemunho; mas é evidente que tudo faz para engrandecer a memória de seu pai, de modo que há que utilizar com reservas o seu testemunho acerca de matérias como a nobreza da família, a instrução de Colombo e quejandos, em que, embora se não possa dizer que minta, resulta claro que umas vezes exagera, outras finge ignorar o que lhe não convém confessar.

A própria análise interna da obra, se lida atentamente e sem ideias *a priori*, o demonstra: nos capítulos iniciais D. Hernando preocupa-se sobretudo em contradizer o bispo de Nebbio, Agostino Giustiniani, que nas suas obras, talvez com algum exagero em sentido contrário, pintava Colombo como homem de cepa humilde saído “de família paupérrima”, e afirma desconhecer quer o nome de seus pais quer a sua pátria de origem (embora limite à Ligúria e à Lombardia o campo das possibilidades). Contudo, como várias vezes sucede em casos semelhantes, descaí-se mais tarde a afirmar o que fingia ignorar: depois de dar a crer que não sabia ao certo de onde era oriundo seu pai, aventando entre outros lugares Placência da Lombardia como sua pátria — o que lhe permitia insinuar o seu parentesco com os Colombos nobres dessa cidade —, descaí-se no capítulo v a dizer que, quando se salvou a nado da batalha do Cabo S. Vicente, se dirigiu a Lisboa *dove sapeva che si trovavano molti della sua nazione genovese*; [...] *essendo conosciuto da loro*... E depois de fingir ignorar o nome dos avós, declara no capítulo lxxii (=lxxiii) que Bartolomeu Colombo, irmão de Cristóvão, *adelantado* e governador das Índias durante a ausência deste

⁴ Por uma questão de rigor, embora me tenha também servido da versão castelhana de Luís Arranz, (Hernando Colón, *Historia del Almirante*, Historia 16, Madrid, 1984), prefiro reportar-me ao texto italiano (Don Fernando Colombo, *La Vita e Viaggi di Cristoforo Colombo*, a cura di Rinaldo Caddeo, Fasani, Milão, 1945), uma vez que as versões castelhana e latina não chegaram a ser publicadas, nem se conhecem manuscritos delas; fragmentos do original castelhana são provavelmente as citações que dele faz Frei Bartolomé de las Casas, que escreveu em 1559, portanto antes da publicação da versão italiana de Alfonso Ulloa em Veneza, 1571. Esta edição italiana tem para mais a vantagem de ser anotada por um bom especialista, Rinaldo Caddeo. Há que notar todavia que esta segue a numeração dos capítulos da 1.ª edição, em que por lapso aparecem dois seguidos com o n.º XII, de modo que daí em diante há um desfasamento de uma unidade entre uma e outra versão.

em Castela, havia dado o nome de *Santo Domingo* à cidade que fundara, *in commemorazione di suo padre, che se chiamava Domenico*⁵.

Quanto a Frei Bartolomé de las Casas, que o Eng.^o Branco esporadicamente também cita, há que notar que se mostra tão convicto da predestinação de Colombo para apóstolo do Novo Mundo como da sua própria para defensor dos índios, o que o leva a mitigar as críticas que se faziam ao descobridor e a escamotear as facetas menos ortodoxas da sua personalidade, como o seu pendor para a astrologia e para as especulações pitagóricas.

Seja como for — e é esse o principal defeito da argumentação do Eng.^o Branco —, as conclusões não se devem basear em frases soltas e elementos díspares respigados de aqui e de acolá, como melro a depenicar na horta, mas há que analisar cada texto no seu contexto e jamais perder de vista o seu conjunto. É por o não fazer que o Eng.^o Branco incorre em erros tão grosseiros como o de aplicar a Cristóvão Colombo o que o filho deste escreve de Nosso Senhor Jesus Cristo. A frase aparece no contexto de uma diatribe contra os que faziam do futuro descobridor um mesteiral de artes mecânicas; observa então o autor que, ainda que (por mera hipótese, evidentemente!) alguma vez o houvesse sido, não seria jamais isso a diminuir seu mérito como apóstolo que foi do Novo Mundo: havia o precedente dos apóstolos escolhidos por Jesus de entre pescadores, para não falar do próprio Cristo, que, sendo da régia estirpe de Judá, não desdenhou nascer na família de um carpinteiro: *Ma io mi ritrassi da questa fatica, credendo ch'egli fosse stato eletto dal Nostro Signore per una così gran cosa qual fu quella che fece, e perché aveva ad essere così vero apostolo suo quanto in effetto fu, volle che in questo caso imitasse gli altri [sc., apostoli], i quali per pubblicare il loro nome da mari e da riviere Egli elesse, e non già da altezze e da palagi, e che imitasse Lui stesso, ch'essendo i suoi maggiori del regal sangue di Gerusalemme, Gli piacque che i Suoi genitori fossero men conosciuti*⁶. E o Eng.^o a concluir daqui que corria nas veias de Colombo sangue dos antigos reis de Jerusalém...

Em qualquer caso há que começar por compreender o sentido literal do texto antes de lhe tentar achar significações ocultas. Quando Hernando

⁵ D. Hernando Colón, *Vida do Almirante*, cap. lxxii (lxxiii); Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés, *Historia General y Natural de Indias*, 5 vols., ed. y estudio preliminar de Juan Pérez de Tudela Bueso, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1959-92, II, xiii.

⁶ A versão castelhana é tão explícita quanto a italiana, pelo que o erro é indesculpável: [...] *pero yo me retiré deste trabajo, creyendo que él hubiese sido elegido de Nuestro Señor para una cosa tan grande como la que hizo; y porque había de ser así verdadero Apóstol suyo cuanto en efecto fue, quiso que en este caso imitase a los otros, los cuales para publicar su nombre, los eligió [Cristo] del mar y de la ribera, y no ya de altezas y palacios, y que al mismo imitase, que siendo sus antecesores de la sangre Real de Jerusalán, tuvo por bien que sus padres fuesen menos conocidos.*

Colón fala do *mistério* do nome paterno — *Christophorus*, ou seja, literalmente, “portador de Cristo”, *Columbus*, isto é “pombo”, figura do Espírito Santo —, não está certamente a pensar num mistério policial como o d’“A Marca Amarela” d’*O Cavaleiro Andante* da minha juventude, que qualquer Sherlock Holmes da nossa praça acaba por decifrar, mas de *mistério* no sentido original do termo, que é próprio da linguagem mística e religiosa, exprimindo profeticamente a predestinação de Colombo: *siccome la maggior parte delle sue cose furono operate per alcun mistero, così quello che tocca alla varietà di cotal nome e cognome non avvenne senza mistero. Molti nomi potremmo addurre in esempio che non senza occulta causa furono posti per indizi dell’effetto che aveva a provenire [...]. Perché, se abbiamo riguardo al cognome commune dei suoi maggiori, diremo che veramente fu colombo, in quanto portò la grazia dello Spirito Santo a quel novo mondo che egli scoprì*. O mistério ficou portanto esclarecido em finais do século XV, quando Colombo topou com uma terra onde se não ouvira ainda falar em Cristo; então se percebeu por que razão recebera, profeticamente, o nome de “portador de Cristo” e o sobrenome de “pombo”, prenunciando que para aquela gente havia de ser como que um Espírito Santo.

É por o Eng.º Branco não proceder a uma crítica histórica coerente, objetiva e racional das fontes que utiliza que jamais na sua argumentação apresenta uma alternativa sólida, consistente e bem fundamentada ao que ele designa por minha *hipótese*. Espero que pelo menos o diga no sentido do grego *hypothesis*, que se pode traduzir por “subtese”, que não no sentido do grego *hippothesis*, que seria uma “tese de cavalo”... Pessoalmente prefiro chamar-lhe a minha tese.

Passo agora a responder na especialidade, um a um, aos 16 capítulos numerados em que Eng.º Branco divide a sua exposição, o que facilitará a orientação ao leitor, dispensando inúteis repetições.

1. “A data do nascimento”

Quanto aos documentos que eu lamentavelmente omito, mas o Eng.º Branco cita:

- da primeira citação deduz-se que Colombo navegava desde c. 1461;
- da segunda, deduz-se que, tendo em 1461 a idade 14 anos, terá efetivamente nascido em 1447;
- da terceira, que navegava desde c. 1459, o que, se de facto começou a navegar aos 14 anos, conduz a 1445 como data de nascimento;
- da quarta, que se pôs ao serviço dos reis de Castela em 1486;
- da quinta, que se terá posto ao serviço deles em 1483;

- da sexta, que teria vindo para Castela em 1485;
- da sétima, finalmente, que, tendo 28 anos quando veio para Castela — o que, segundo as suas desvairadas contas sucedeu entre 1483 e 1486 —, nasceu entre 1455 e 1458.

Perante tais desencontros, que implicam uma imprecisão de treze anos para a data provável do seu nascimento (1445-1458), que preconiza o Eng.º Branco que se adote: a média, a mediana ou a moda?

Por mim, apenas posso concluir que se trata de expressões vagas, quiçá simbólicas, em que predominam as semanas de anos (*i. e.*, os períodos de sete anos ou de seus múltiplos, como 14 e 28), que não podem ser seriamente contrapostas a documentos notariais precisos.

2. “Os documentos de suporte do Cristoforo Colombo genovês”

Nunca ninguém pôs em dúvida que ele tenha sido tecelão. Não era, contudo, como o Eng.º Branco parece imaginar, um operário assalariado da indústria têxtil, com obrigação de trabalhar de sol a sol (não havia ainda a lei das 8 horas de trabalho), durante seis dias por semana, sob pena de perder o emprego, mas filho do proprietário de uma empresa têxtil familiar. Isso não o impedia de embarcar de quando em vez para uma ou outra expedição comercial ou mesmo corsária, como sucedia a quase toda a gente em Génova — tanto mais que em 1470, quando seu pai Domenico Colombo foi preso por dívidas de que Cristóvão teve de ficar por fiador, a situação da empresa familiar não era brilhante, pelo que era conveniente lançar mão a outras fontes de rendimento. Defini-lo como *lanerius* significa essencialmente que, dentro da organização corporativa de Génova, era membro da corporação dos tecelões, de que seu pai era, como no meu artigo disse, um dos notáveis. Seja como for, o último documento em que Cristóvão Colombo é definido como laneiro data de 1472 — o que parece mostrar que, mesmo que não tenha por então cessado inteiramente de colaborar com seu pai, se dedicou a partir daí mais ao curso e à mercancia que à indústria dos lanifícios.

Bartolomeo Senàrega⁷, chanceler e cronista oficial da república de Génova no período 1479-1514, expressou-o bem, no registo que faz em 1493 do regresso de Colombo da sua bem-sucedida expedição descobridora, cuja nova fora trazida de Espanha pelos dois embaixadores genoveses,

⁷ Bartholomaei Senaregae, *De Rebus Genuensibus Commentaria, ab anno MCDLXXXVIII usque ad annum MDXIV* (L. A. Muratori, *Raccolta degli storici italiani dal cinquecento al millecinquecento*, tomo XXIV, parte viii, Nicola Zanichelli, Bolonha, 1929-32), anno MCCCCXCVIII, p. 29.

Francesco Marchesio e Giovanni Antonio Grimaldi, de regresso à pátria: os irmãos Cristóvão e Bartolomeu, após terem trabalhado com o pai em seu mester, *puberes deinde facti, de more gentis nostrae in navigationes exiverant*; “tendo-se depois tornado adolescentes, segundo o costume de nossa gente saíram para navegações”. Tal era, de facto, o hábito em Génova, onde praticamente todos estavam ligados ao mar⁸.

Creio que nunca ninguém negou ter Colombo embarcado diversas vezes antes de se pôr ao serviço dos Reis Católicos. Sabe-se nomeadamente que navegou para Xio ou Quios, com toda a probabilidade na expedição comercial que zarpou de Savona a 25 de maio de 1474, em que participaram diversos empresários de indústrias têxteis, entre os quais representantes das casas Spinola e Di Negro, para venderem lá as suas mercadorias, quicá em parte produzidas por Domenico Colombo⁹. Cristóvão alude mais de uma vez nos seus escritos à almécega que encontrou no Novo Mundo, comparando-a à que vira em Quios, onde é extraída do lentisco ou aroeira, *Pistacia lentiscus*, L. da família das Anacardeáceas. A que viu nas Antilhas era provavelmente extraída do *Sideroxylon foetidissimum*, Jacq., ou *Mastichodendron sloaneanum*, Jacq., da família das Sapotáceas, já que o *Schinus molle*, L., da família das Anacardiáceas, de que se extrai também uma espécie de almécega, se encontra sobretudo na região andina.

Quanto à expedição em que terá participado ao serviço de Renato I de Nápoles, que o Eng.^o Branco data arbitrariamente de 1472, trata-se do passo mais misterioso da vida do futuro descobridor da América, e nada permite datá-la com precisão, já que nenhum outro documento conhecido se refere a tal empresa — nem sequer os minuciosos *Anales de Aragón* de Jerónimo Zurita. Não teve certamente lugar na época em que Renato reinou efetivamente em Nápoles (1435-42), porque Colombo ainda não era então nascido. As duas alusões a Marselha parecem mostrar que o episódio se passou no período subsequente, depois da conquista de Nápoles por Afonso V de Aragão (1442), em que Renato se retirou para o seu condado da Provença, que governou até à morte, em 1480, e que foi daí que a seu mando se organizou a expedição. Não é óbvio que tenha tido lugar durante

⁸ Para compreender como funcionavam as coisas, não será mal verem-se estudos monográficos sobre Génova, tais como por exemplo: Jacques Heers, *Gênes au XV^e siècle*, Flammarion, Paris, 1971; Gabriella Airaldi, *Genova e la Liguria nel Medioevo*, Utet Libreria, Turim, 1986; Claudio Costantini, *La Repubblica di Genova*, Utet Libreria, Turim, 1986; e, principalmente, os estudos especializados sobre a vida marítima que na abundante bibliografia que qualquer destas obras fornece se indicam.

⁹ Cf. Consuelo Varela, *Cristóbal Colón – De corsario a almirante*, Círculo de Lectores, Barcelona, 2006; Idem, *Cristóbal Colón – Retrato de un hombre*, Alianza Editorial, Madrid, 1992.

o período em que Renato disputou efetivamente a Coroa de Aragão (1466-72), pois, embora eleito rei pela *Generalitat*, ou cortes da Catalunha, jamais se deslocou a Espanha, delegando a defesa dos seus direitos, o comando das suas tropas e a administração do território em seu filho João II, duque da Lorena e da Calábria, a quem conferiu o título de príncipe de Gerona; e após a morte deste em seu neto Nicolau I, que sobreviveu apenas um ano, vindo a falecer em 1473. Ora Colombo não alude a nenhum deles, mas ao velho rei Renato, e este apenas assinou a paz com Aragão em janeiro de 1479.

O nome da galeaça, *Fernandina*, tanto pode sugerir que pertencesse a Fernando II da Sicília (r. 1468-1516), o futuro “Rei Católico”, como a Ferrante (Fernando) I de Nápoles (r. 1458-94), filho bastardo e sucessor de Afonso V de Aragão nos seus domínios napolitanos. No entanto a referência a Tunes como alvo da expedição pode antes indicar que se tratava de recuperar uma galeaça apresada por corsários barbarescos — o que, como o texto explica, ficou em águas de bacalhau, já que a guarnição se arreceou de duas naus e uma carraca que estavam com a galeaça. Deixando de lado os outros pormenores, põe-se o problema de saber se Colombo era ou não o comandante da expedição; sem o afirmar explicitamente, dá-o claramente a entender, ao usar o verbo *conceder* para indicar que anuiu aos desejos da tripulação arreçada, que preferia tornar a Marselha; mas não é impossível que fosse meramente o capitão da pequena força militar embarcada, ou mesmo uma espécie de caudilho ou líder carismático da chusma. Cristóvão Colombo era, na expressão de João de Barros, “homem falador e glorioso em mostrar suas habilidades”, e “mui glorioso em seus negócios”; não há que tomar ao pé da letra tudo o que diz quando se gaba! É por conseguinte assaz imprudente retirar deste episódio, não controlável pelo recurso a outras fontes nem sequer datável, quaisquer conclusões.

Notemos de passagem que é falso o argumento, que vi já brandir, de que *ginovés* em castelhano antigo significava simplesmente “estrangeiro”: o que o *Diccionario* da Real Academia Española registra como significado antigo do termo *ginovés* ou *genovés* usado *lato sensu* é o de “banqueiro”, por óbvias razões históricas — o que de modo algum se pode aplicar a Colombo.

Graças a Deus, acerca do nosso homem, dispomos de infinitamente mais testemunhos do que acerca de alguns navegadores seus contemporâneos, como Diogo Cão e Bartolomeu Dias, sobre quem pouco mais se sabe do que aquilo que sessenta ou setenta anos mais tarde escreveu João de Barros. E, nove anos após a primeira viagem colombina, temos ainda o caso

da terceira expedição portuguesa à Índia, comandada por João da Nova, a respeito da qual não chegou até nós um único documento.

Ora em favor da identidade entre o tecelão de Génova e o descobridor da América, ou pelo menos em favor da *genovesidade* do Almirante, militam numerosos documentos, de há muito publicados, que na sua argumentação o Eng.º Branco transcura e não discute. Deixando-lhe de mão beijada o testemunho dos cronistas, como Rui de Pina (1440-1521), Andrés Bernáldez (c. 1450-1513), Bartolmeo Senàrega (*fl.* 1479-1514), Garcia de Resende (1470-1536), Agostino Giustiniani (1470-1536), Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés (1478-1557), António Galvão (1490-1557), João de Barros (1496-1570), Francisco López de Gómara (1511-66), Jerónimo Zurita (1512-80), Girolamo Benzoni (1519-70), Gaspar Frutuoso (1522-91), Antonio de Herrera Tordesillas (c. 1549-1625), etc., etc., etc.¹⁰, achamos as seguintes referências redigidas ainda em vida de Colombo:

- a carta em que, a 13.XI.1493, pouco tempo após o seu regresso da expedição descobridora, Pedro Mártir de Anglória (1457-1526) — humanista lombardo que em 1487 o Conde de Tendilla trouxera para a corte espanhola, onde se tornou capelão de Isabel *a Católica* — participa ao seu correspondente italiano o descobrimento da América, que reza assim: *Christophorus Colonus*, ligur vir, *Fernando et Elisabethæ regibus catholicis proposuit & suasit se ab occidente nostro finitimas Indiæ insulas inventurum...*¹¹;
- a relação de Miguel de Cuneo (1448-1503), de Savona, amigo da família do tecelão de Génova e companheiro do descobridor na sua segunda viagem (1493), de que produziu o relato mais completo que até nós chegou;
- o ato notarial de 11.X.1496, pelo qual os três primos do antigo tecelão se comprometem a partilhar as despesas da viagem de um deles a Espanha a tentar sacar algum dinheiro da bolsa do primo enriquecido;

¹⁰ Achar-se-á uma compilação de todos os testemunhos literários da origem genovesa de Colombo no volume Ciudad de Génova / Ville de Gênes, *Cristóbal Colón – Documentos y pruebas de su origen genovés / Christophe Colomb – Documents prouvant son origine génoise*, Edición hispano-francesa / Édition franco-espagnole [pub. também em ed. italiana e anglo-alemã], Génova, 1932: aí se enumeram as obras de 26 cronistas, cartógrafos, cosmógrafos, etc., não italianos, 52 italianos mas não lígures e 15 lígures, todos nascidos nos séculos XV e XVI e portanto contemporâneos ou quase contemporâneos de Colombo. Nessa obra se publicam em fac-símile quase todos os documentos que em seguida citamos.

¹¹ *De Orbe Novo* Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis Protonotarii Cæsaris Senatoris *Decades*. Compluti [= Alcalá de Henares], 1530, I, i [reprodução anastática, com introdução do Dr. Erich Woldan: *Petrus Martyr de Angleria, Opera: Legatio Babylonica, De Orbe Novo Decades octo, Opus Epistolarum*, Akademische Druck-u. Verlagsanstalt, Graz, 1966]. Por mor de brevidade, limitamo-nos a dar as referências dos documentos não mencionados no nosso primitivo artigo, onde o leitor poderá facilmente achar as dos demais.

- a carta de 21.VII.1498 de Pedro de Ayala, embaixador espanhol na corte inglesa, aos Reis Católicos¹², em que noticia a preparação de uma expedição para descobrir terras a ocidente, afirmando: *yo he visto la carta que ha fecho el inventor, que es otro genoves como Colon*; tratava-se na realidade de Giovanni Caboto, que tudo leva a crer ser cidadão veneziano e não genovês;
- a relação da terceira viagem colombina (1498), em que se descreve Juán Antonio Colombo (*i. e.*, Giovanni di Antonio Colombo), o primo direito de Cristóvão, a quem este *sponte sua* havia confiado o comando de um dos navios da expedição, como *deúdo* (ou seja, “parente”) *del Almirante*;
- o documento judicial de 8.IV.1500, em que Cristóvão Colombo e seus irmãos são chamados a responder pelas dívidas de seu falecido pai, em que Giacomo (Iacobum) Colombo é explicitamente identificado como Diego Colón, como era conhecido em Espanha;
- a devassa (de que voltaremos a falar) feita por Francisco de Bobadilla, governador das Índias Ocidentais (1500-1503), ao comportamento dos Colombos, Cristóvão e Bartolomeu, em que quatro testemunhas afirmam que Bartolomeu mandou cortar a língua a duas mulheres que haviam afirmado que seu pai era tecelão e que Cristóvão ensinara o filho a tecer;
- o documento judicial de 26.I.1501, pelo qual os vizinhos do falecido Domenico Colombo são, segunda a lei vigente em Savona, responsabilizados por uma dívida daquele, visto seus três filhos *Christophorum, Bartholomeum & Jacobum de Columbus*, *i. e.*, Cristóvão, Bartolomeu e Diogo Colombo, se encontrarem *absentes [...], in partibus Hispaniae commorantes*¹³.
- o testemunho de Angelo Trevisan, secretário de Domenico Pisani, orador em Espanha da Sereníssima República de Veneza, que, a coberto de uma carta escrita de Granada a 21.VIII.1501 a Domenico Maripetro¹⁴ (em que *inter alia* afirma: *ho preso pratica et grandissima amicitia cum el Colombo*), lhe envia uma relação das viagens do descobridor que veio a ser impressa em Veneza em 1504, com o título *Libretto De Tutta La Nauigatione De Re De Spagna De Le Isole Et Terreni Nouamente Trouati*, que começa com um retrato de Colombo redigido nos seguintes termos: *Christophoro Colombo Zenouese, homo de alta & procera statura, rosso, de grande ingegno & faza longa...*;
- o facto de o descobridor, c. 1502, ao ver cerceados pelos Reis os seus privilégios, ter deles entregue duas cópias notariais autenticadas a Nicolò de Oderigo, embaixador de Génova em Castela, que os remeteu para lá, onde se conserva ainda um dos exemplares, encontrando-se o outro em Paris;
- o breve relatório apresentado pelo mesmo Nicolò de Oderigo à Senhora de Génova, em que refere a descoberta de muitos *incultos barbaros, et*

¹² Arquivo Geral de Simancas, *Real Patronato*, Tratado con Inglaterra, p. 9. Uma outra carta de teor semelhante que aí se conserva, atribuída ao embaixador Gonzalez de Puebla, parece ser simplesmente um resumo desta.

¹³ Atos do notário Tommaso de Moneglia, pub. por Henry Harisse, *Christophe Colomb: son origine, sa vie, ses voyages, sa famille & ses descendants, d'après des documents inédits tirés des archives de Gênes, de Savone, de Séville et de Madrid*, études d'histoire critique par..., 2 tomos, Ernest Leroux Éd., Paris, 1884, t. II, apêndice A, doc. xli, pp. 447-448.

¹⁴ Biblioteca Sneyd (Newcastle), *cod. in-4.º do século XVI*, 4, 2, 0, 168, 1.ª carta.

- retroactis seculis incognitos populos Colombo concive nostro*, “... por Colombo nosso concidadão”¹⁵;
- o mapa manuscrito de 1502, publicado por Konrad Kretschmer¹⁶, em que à ilha de Cuba está aposta a legenda *Omnes iste insule et terre inuente fuerunt ab uno genuensi xpthro columbo...* (“todas estas ilhas e terras foram achadas por um genovês [chamado] Cristóvão Colombo...”);
 - o planisfério de Nicolau Canerio ou Caverio, desenhado entre 1503 e 1505 (adaptação do planisfério português de 1502 conhecido por “Mapa de Cantino”), em que às Antilhas aparece aposta a legenda “Has Antilhas del Rey de Castella descobertas por Colombo ianuense almirante que es delas...”¹⁷;
 - a resposta da *Banca San Giorgio* à carta de Colombo de 2.IV.1502, dada a 8.XII.1502, em que o trata por *concivis*, “concidadão”, e louva a sua afeição *a questa sua primogenia patria*, de que os legados que lhes fez são testemunho¹⁸;
 - o testemunho claríssimo de Antonio Gallo, chanceler da *Banca San Giorgio* de Génova, com que Colombo tinha relações, redigido em 1506, ainda em vida do Almirante, que preferimos transcrever uma vez mais na íntegra: *Christophorus et Bartholomeus Columbi, fratres, natione ligures, ac Genue plebeis orti parentibus, et qui ex lanificii (nam textor pater) carminatores filii aliquando fuerunt, mercedibus victitarent, hoc tempore per totam Europam audacissimo ausu et in rebus humanis memorabili novitate, in magnam claritudinem evasere*;
 - a notícia transmitida por Raffaele Maffei de Volterra (1451-1522), nos seus *Commentariorum rerum urbanarum libri XXXVIII*, impressos em Roma em 1506;
 - o codicilo não datado (cuja autenticidade discutiremos mais abaixo), apenso ao testamento de 19.V.1506, pelo qual Colombo constitui seis legados, cinco dos quais a favor de genoveses;
 - o mapa-múndi de Martin Waldseemüller, estampado provavelmente em Estrasburgo (um dos primeiros três mapas impressos a mostrar o Novo Mundo, ao lado do de Giovanni Contarini e Francesco Roselli e do de Johann Ruysch, todos impressos em 1506-1507), em que junto à ilha da Trinidad, descoberta por Colombo na sua terceira viagem, aparece a legenda *Hec insule per Columbum genuensem almirantem ex mandato regis Castellae inuente sunt* (“Estas ilhas por Colombo genovês almirante a mando do rei de Castela foram achadas”)¹⁹;

¹⁵ Arquivo do Governo de Génova, *Registro*, vol. IV, p. 2.^a, p. 35, copiado por Antonio Doria, pub. por D. Luigi Grillo, *Elogi di Liguri Illustri*, 2.^a ed., Génova, 1846, pp. 276-277.

¹⁶ *Die Entdeckung Amerikas in ihrer Bedeutung für die Geschichte des Weltbildes*, Berlin, Londres e Paris, 1892, estampa VIII, à dt.^a.

¹⁷ Idem, *ibidem*, à esq.^a. Cf. Monique de la Roncière e Michel Mollat du Jourdin, *Les Portulans – Cartes marines du XIII^e au XVII^e siècle*, Nathan, Office du Livre, Friburgo da Suíça, 1984, e n.º 26, estampa 26 e pp. 215-217.

¹⁸ Minuta do notário Antonio Gallo, Chanceler do Banco, Arquivos do Estado, Génova, [*Registrum*] *Litterarum Officii Sancti Georgii*, 1499-1503, pp. 127-128; e carta dos Protetores do Banco da mesma data, apensa à precedente, Idem, *ibidem*, p. 128.

¹⁹ Rodney W. Shirley, *The Mapping of the World – Early Printed World Maps, 1472-1700*, The Holland Press Pub., Londres, 1984, n.º 26 e estampa 31, pp. 23-33.

- o testemunho dos *Paesi Nouamente Retrouati et Nouo Mondo da Alberico Vesputio intitulado*, coletânea de relatos de viagens coligida por Francanzano di Montalboddo e impressa pela primeira vez em Vicência em 1507, que conheceu numerosas edições e traduções em várias línguas²⁰, em cujo cap. lxxxiv se descreve a descoberta das Antilhas a mando del-rei de Espanha, por “Cristóvão Colombo, de nação itálico, de pátria genovês”;

A estes testemunhos produzidos durante a vida de Colombo podem acrescentar-se alguns posteriores mas não menos probatórios:

- os capítulos v e lxxii (lxxiii) da *Vida do Almirante* a que aludimos já;
- o capítulo xi da mesma obra, em que a propósito do mapa desenhado em Londres por Bartolomeu Colombo, com a legenda *Janua, cui patria est, nomen cui Bartholomaeus Columbus de Terra Rubra opus edidit istud Londiniis anno Domini MCCCCLXXX* (“um cuja pátria é Génova e cujo nome é Bartolomeu Colombo de Terra Rossa, editou esta obra em Londres no ano do Senhor 1480”), D. Hernando comenta que viu ele próprio algumas assinaturas de seu pai, antes de obter o título de almirante, em que subscrevia *Columbus de Terra Rubra*. *Terra Rubra* é a latinização de Terra Rossa, localidade do vale de Fontanabuona, perto de Moconesi, na parte oriental da Ligúria, onde viveu Giovanni Colombo, avô de Bartolomeu e de Cristóvão;
- a relação apresentada ao Senado de Veneza a 16.XI.1525 por Gasparo Contarini, embaixador da Sereníssima República nas Cortes de Portugal e Espanha (1519-1520), em que afirma que naquele momento era governador de Santo Domingo, com a vasta jurisdição outorgada a seu pai, o almirante [D. Diego] *figlio del Colombo genovese*²¹;
- a habilitação de D. Diego Colón, filho do almirante e vice-rei D. Diego, e portanto neto de D. Cristóvão, para ser admitido na Ordem de Santiago, em Madrid a 8.III.1535, em que três testemunhas, Diego Méndez, Pedro de Arana e Rodrigo Barreda, afirmam que o dito almirante vice-rei era filho de *Christoval Colon ginovés*, natural segundo a primeira testemunha de Savona, segundo as outras duas de um lugar da Senhoria de Génova que não sabiam identificar²²;
- o catálogo da biblioteca de D. Hernando Colón (hoje Biblioteca Colombina de Sevilla), de seu próprio punho, de que consta a vida do almirante escrita por Hernán Pérez de Oliva, hoje perdida: *Ferdinandi Perez de*

²⁰ A mais difundida foi a versão latina, impressa pela primeira vez em Milão em 1508 com o título *Itinerarium Portugallensium e Lusitania in Indiam et inde in occidentem et demum ad aquilonem*, reeditada em fac-símile pelos Serviços de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian com um Estudo introdutório por Luís de Matos, Lisboa, 1992.

²¹ Arquivo de Estado de Turim, *Coleção Mongardino*, vol. 86 (outrora R. A. j. b. X. 25), pub. por Eugenio Albèri, *Relazioni degli ambasciatori veneti al Senato*, série I, vol. II, Florença, 1840, pp. 48 e 50.

²² Arquivo Histórico Nacional de Madrid, Archivo Secreto de las Órdenes Militares, *legajo 172*, exp. 804. Cf. *ibidem*, a genealogia de D. Diego inclusa nas *Genealogias de los Caballeros que se han puesto el Habito de la Orden de Santiago desde el año de 1501 hasta el de 1599, inclusive*, tomo I, fl. 16.

*Oliua: Tractatus manu ex hispano sermone scriptus de vita et gestis Don Chrystophori Colon, primi Indiarum Admirantis et Maris Oceani domitoris. Dividitur in 9 enarrationes sive capitula, quorum primum incipit: Christoval Colon ginovez... textor*²³;

- o apontamento autógrafo de D. Hernando Colón²⁴, redigido no quadro dos Pleitos Colombinos, destinado aos advogados que elaborariam o *Magnus Memorialis Colombinus* (de que existem duas versões, conservada uma em Sevilha, outra em Madrid), em que rebate o argumento do Fiscal da Coroa que aduzia a ilegalidade das concessões feitas a Colombo pelos Reis Católicos, por irem contra as *Leis de Partidas*, o *Ordenamento de Alcalá* de 1348 e a *Lei de Toledo* de 1480, que proibiam a nomeação de estrangeiros para cargos de governação e administração de justiça: os cargos concedidos a Cristóvão Colombo não se destinavam a ser exercidos em território espanhol, mas nas Índias (que, ao tempo da celebração das *Capitulações de Santa Fé*, não pertenciam ainda à Coroa de Castela): *no obsta dezir que estrangeiros no pueden tener mercedes ni officios, porque esto no es para las Indias, do tan estrangero es i era (esto es, al tiempo que se hizo la Capitulation) el castellano como el ginovés.*

3. “Os estudos universitários em Pavia”

É verdade que D. Hernando Colón não afirma que seu pai frequentara a Universidade; mas a menção de Pavia sugere-o imediatamente ao leitor, e era certamente isso o que o autor, sem mentir redondamente, queria insinuar com tal alusão. Também eu poderia dizer que tive um jardineiro que estudou em Coimbra, já que fez a terceira classe na escola primária da Bencanta, mas ninguém o entenderia em tal sentido... O testemunho de Las Casas é neste caso irrelevante, pois, como em muitos outros pontos, limita-se a reproduzir a primitiva versão castelhana, que conheceu, da *Vida do Almirante*.

Seja como for, se, como tudo indica, Colombo vivia em Génova, onde havia ensino primário e secundário, não se vê razão para ir estudar para Pavia senão para frequentar o ensino superior, tanto mais que, como nota Rinaldo Caddeo, a corporação dos laneiros de Génova tinha uma escola para os filhos dos seus sócios. E se por qualquer circunstância da vida, mal documentada para os seus primeiros anos, Colombo aprendeu as primeiras letras em Pavia, isso não se reveste de qualquer importância; o que é importante notar é que nada indica que tenha frequentado a universidade; nisso estão de acordo os investigadores que estudaram a sua vida, que não encontraram traço da sua presença na documentação referente à Universidade de Pavia.

²³ Biblioteca Colombina de Sevilla, *Catálogo*.

²⁴ Arquivo General de Indias, *Patronato Real*, 8 R 14, f. 26 v e R 15, f. 398 v, pub. por Anunciada Colón de Carvajal, *La Herencia de Cristóbal Colón*, p. 89.

Aliás, D. Hernando dá a entender que seu pai não foi muito longe nos estudos: *Dico adunque che nella sua piccola età imparò lettere e studiò in Pavia, tanto che gli bastava per intendere i cosmografi, alla cui lezione fu molto affezionato...*”.

Onde o Eng.º Branco se engana redondamente é ao imaginar que matérias como a geometria, a astronomia, etc., apenas se ensinavam na universidade: essas matérias eram consideradas disciplinas preparatórias para a universidade, formando o *trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), que no seu conjunto formavam as “sete artes liberais”, assim designadas desde Marciano Capela (séculos IV-V) por serem entendidas como a base da formação dos homens livres, ao contrário das artes mecânicas, destinadas à população servil. As artes liberais eram ensinadas desde a Alta Idade Média, muito antes de haver universidades (que só aparecem no século XI), nas escolas catedrais e também nos mosteiros (sobretudo nos mosteiros de tradição irlandesa); constituíam o ensino médio, *grosso modo* correspondente ao moderno ensino liceal. Foi para isso que em 1542 D. João III criou o Colégio das Artes, que começou a funcionar em 1547, junto à Universidade de Coimbra, de que permanecia independente, como estabelecimento secundário que era, destinado a preparar os estudantes que desejavam ingressar no ensino superior. A astronomia náutica e a marinharia eram ensinadas fora da universidade: era perante o *piloto-mor d’El-Rei* que os candidatos faziam exame. Não há aliás sinais do estudo das matemáticas aplicadas à náutica na Universidade antes de Pedro Nunes, na quinta década do século XVI.

Outro erro é imaginar que na época apenas os nobres e os clérigos estavam alfabetizados. A taxa de alfabetização era baixa mas, pelo menos nos meios urbanos, muito superior a zero: encontrei na Torre do Tombo folhas de pagamentos a soldados e marinheiros de armadas da Índia dos primeiros anos do século XVI em que boa parte deles, talvez metade, assina o recibo por sua mão, embora outros assinem de cruz. No caderno de recibos do almoxarifado dos mantimentos de Malaca em 1521-24²⁵, de que guardo cópia, de 47 despenseiros de outros tantos navios que partiram para diversas partes apenas 13 assinam de cruz. Aliás, se o ensino das primeiras letras estivesse limitado aos clérigos e aos nobres, para que manteria a corporação dos tecelões de Génova uma escola para os filhos dos seus sócios?

²⁵ Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, II-98-62.

Quanto aos nobres, pelo menos aos de algumas posses, raramente frequentavam as escolas públicas a qualquer nível, pois eram educados em casa por preceptores contratados para o efeito; os da Casa d’El-Rei eram educados na corte e não nas universidades — o que os não impedia de serem por vezes muito cultos, como é o caso de Luís de Camões. Não foi desse estrato social mas da burguesia que saiu a maior parte dos letrados e dos universitários de finais da Idade Média, que por vezes se guindaram a posições cimeiras, como foi em Portugal o caso de João das Regras, o do Dr. Diogo Afonso de Mangancha, que forneceu o suporte jurídico à regência do Infante D. Pedro, o do chanceler-mor Rui Gomes de Alvarenga, pai de Lopo Soares de Albergaria, governador da Índia, etc. Deste, lembro-me de ter lido algures num nobiliário que era “homem de tão baixa cepa que não é para se dizer”; seja como for, a *Pedatura Lusitana*²⁶ di-lo filho do Dr. Gomes Martins de Vasconcelos ou de Alvarenga, também chanceler-mor, e de sua mulher Catarina Teixeira, “camareira que foi depois da Infante D. Isabel, duquesa de Borgonha”, filha, ao que constava, de um sapateiro de Torres Vedras e de uma filha de um siseiro castelhano, e viúva já do Dr. Fernando Afonso da Silveira, progenitor dos Silveiras Lobos, mais tarde barões do Alvito.

Como acentuámos em estudos precedentes²⁷, a segunda metade do século XV foi uma época de crescimento demográfico e de desenvolvimento económico, o que, por muito que pesasse à ideologia nobiliária que procurava reimpor-se, aumentava as possibilidades de emprego, favorecendo, por conseguinte, a ascensão social.

Quanto aos bons conhecimentos de latim do nosso herói, não sei em que se baseia Las Casas para o pintar de tais cores; provavelmente não se quer referir ao que nesse idioma escreveu, mas tão-somente à facilidade com que lia e entendia livros escritos em latim — um conhecimento por conseguinte passivo e não ativo. Seja como for, nos documentos que nos chegaram, o latim de Colombo não é bom nem mesmo mau: é péssimo! Recorda até por vezes o do *Palito Métrico*, contendo nomeadamente:

²⁶ Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana – Nova edição reformulada*, Ed. Cavalhos de Basto, Braga, 1997, vol. II, p. 214.

²⁷ “Le Portugal et l’Afrique au XV^e siècle: les débuts de l’expansion”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, 1989, pp. 161 a 256; também pub. na série *Separatas* do Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 221, Lisboa, 1989, e em versão portuguesa correta e aumentada na nossa coletânea de estudos *De Ceuta a Timor*, DIFEL, Carnaxide, 1995, pp. 43-147; e *La expansión portuguesa: un prisma de muchas caras*, Ediciones Uniandes, Universidad de los Andes, Bogotá, 2016.

- abundantes erros de ortografia: *spera* em vez de *sphaera*, “esfera”; *arenoza* em vez de *arenosa*; *nauigacionis* em vez de *nauigationis*; *papiro* em vez de *papyro*; *fixicus* em vez de *physicus*; *equinoxialis* em vez de *aequinoctialis*; *ditus* em vez de *dictus*; *sertum* em vez de *certum*, etc.;
- vulgarismos de sabor tabeliônico: *anno de 88* em vez de *anno octogesimo octauo*; *habet castrum serenissimi regis Portugalie*, “há um castelo do sereníssimo rei de Portugal”, em vez de *est ibi castrum...*, etc.;
- termos românicos latinizados à pressão: *uiagium*, “viagem”; *malineros*, “marinheiros”; *in remolio*, “de remolho”; e inclusivamente (imagine-se!) um termo lígure latinizado: *porsimolum*, “salsa”, em vez de *petroselinum*;
- faltas à concordância gramatical: *Africa ... in aliquibus locis habitantur* em vez de *habitatur*; *ad comperendum altitudinem solis* em vez de *ad comperendam altitudinem solis*; *potest uideri quisquam mentientem* em vez de *quisquam mentiens*;
- complementos de lugar para onde ou de *terminus ad quem* em ablativo em vez de acusativo: *nauigando ex Ulixbona ad austrum in Guinea* em vez de *in Guineam*; *usque in Guinea* em vez de *usque in Guineam*; *de septentrione in austro*, “de norte a sul”, em vez de *in austrum*, etc.
- complementos diretos em nominativo: *Rex Portugalie misit in Guinea anno Domini 1485 magister Ihosepius, fixicus eius et astrologus*; *inueni locus temperatus esse* em vez do que seria correto numa proposição infinitiva: *inueni locum temperatum esse*;
- um complemento direto em ablativo: *pone [...] semine in aceto* em vez de *pone semen in aceto*;
- um complemento de matéria em genitivo com uma proposição que pede ablativo: *uide in nostris cartis a papiri*;
- ablativos misturados com acusativos no mesmo sintagma: *usque uno promontorium* em vez de *usque unum promontorium*; *cum quadrantem et aliis instrumentis* em vez de *cum quadrante et aliis instrumentis*, etc.
- sujeitos em acusativo: *nec [id] impedit maximum calorem* em vez de *nec id impedit maximus calor*; *ut solent [nauigare] naucleres et malineros* em vez de *ut solent naucleri et nautae*, já que *malineros* é de qualquer modo um barbarismo), etc.!

Valeu-lhe não ser eu o seu professor de latim em Pavia, senão chumbava...

Quando à cosmografia, navegação astronómica, etc., parece que Colombo não era brilhante em tais matérias, pois, além do monumental erro que cometeu na sua estimativa da circunferência da Terra, chega a admitir que esta tivesse a forma de uma pera, mais afilada num hemisfério que no outro! Além disso a maioria das latitudes que dá nos seus escritos está errada: as Bahamas não se situam a 42° N mas a c. 21°, a Islândia não fica a 73° N mas a uma latitude média de c. 65° N, a ilha de Trinidad não jaz à mesma latitude da Serra Leoa, mas uns 3° a 4° mais a norte, São Jorge da Mina não se situa sob a equinocial mas a 5° 10' N, o Cabo da Boa Esperança não fica a 45° mas a 34° 22' S, etc. Não há dúvida de que foi um

grande navegador; mas provavelmente navegava à maneira mediterrânica, por rumo e estima, e não, como ao tempo faziam já os portugueses, por latitudes (ou pelo menos pela conversão das diferenças de latitude em léguas, recorrendo, quando se não percorria em direitura um meridiano, à *toleta de marteloio*). Segundo o testemunho de Michele da Cuneo, seu companheiro na segunda viagem ao Novo Mundo, Colombo era um navegador exímio mas empírico, dotado de grande intuição náutica: *Poi che Genoa è Genoa no è nato uno omo tanto magnanimo e acuto del facto del navicare como il dicto signor armirante; perciò che, navicando, solum a vedere una nuvola o una stella di nocte iudicava quello dovea sequire e se essere dovea mal tempo; lui proprio comandava e staxeva al temone; e poi che la fortuna era passata, lui alzava le velle, e li altri dormiano*. Os textos colombinos deixam-nos assim entrever mais um autodidata que um universitário. Aliás o próprio Almirante, numa carta de 1501 aos Reis Católicos²⁸ (parcialmente transcrita por D. Hernando²⁹), o dá a entender, ao explicar que aprendeu a navegar por *trauto y conversación [que] he tenido con gente sabia, heclesiásticos e seglares, latinos y griegos, judíos y moros y con otros muchos de otras setas*. Já na primeira metade do século XVI o cosmógrafo Jerónimo Girava o descrevia como *Christoval Colón, genoves, gran Marinero y mediocre cosmografo*³⁰. Não é, por outro lado, impossível que na sua formação tenha influído o mester de livreiro que terá exercido durante os seus primeiros tempos em Castela, como o dá a entender Andrés Bernáldez, que foi de 1487 a 1513 cura de Los Palácios, junto a Sevilha, e que o deve ter conhecido pessoalmente: *ovo un hombre de tierra de Génova, mercader de libros de estampa, que trataba en esta tierra de Andalucia, que llamaban Christobal Colon, hombre de muy alto ingenio sin saber muchas letras, muy diestro de la arte de Cosmographia é del repartir del mundo...*³¹.

Quanto a dizer Colombo numa carta à ama do príncipe D. João, D. Joana de Torres, que “não era o primeiro almirante da sua família”, não consta do texto da carta que chegou até nós; portanto ou foi extraído de uma outra carta, hoje perdida, ou trata-se de uma adunção de D. Hernando. Remonte ao pai ou ao filho, a bravata deve querer aludir ao imaginário parentesco dos

²⁸ Consuelo Varela, *Cristóbal Colón – Textos y documentos completos*, Alianza Editorial, Madrid, 1984, doc. xlv, p. 277.

²⁹ *Vida do Almirante*, cap. IV.

³⁰ Hieronymo Girava, *Dos libros de Cosmografía*, compuestos por..., Tarragones, Milão, 1556, p. 186.

³¹ *Historia de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, cap. cxviii, “De como fueron descubiertas las Indias”, in D. Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla desde Don Alfonso el Sabio hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, t. III, Ed. Atlas, Madrid, 1953, p. 657.

nossos Colombos com o corsário grego (naturalizado francês a pedido de D. Afonso V, que escoltara até Portugal no seu regresso de França em 1477), alcunhado de “Colombo *o Moço*”, de que abaixo falaremos, ou aos vários Colombos que capitanearam navios — de que Salvagnini identificou em Génova oito, entre finais do século XII e a época do nosso homem, afora outros dezoito Colombos, os mais deles negociantes, estabelecidos em várias partes da Europa Ocidental³².

Passando à questão da nobreza de Filipa Moniz, sua esposa: se nela insisto é porque se tem feito cavalo de batalha do argumento da sua “alta estirpe” para negar a possibilidade do seu casamento com um burguês — que, aparentemente, se fazia passar por nobre, usando brasão de armas, como resulta claro da carta régia dos Reis Católicos que lhe conferem novo escudo, onde se fala das *armas vuestras que solíades tener*. Diga-se entre parêntesis que a sua mania das grandezas não se ficou por aí: os Reis Católicos autorizaram-no a intitular-se *don* no momento em que descobrisse alguma nova terra, mas ele tomou desde logo o título; e permitiram-lhe incluir no seu brasão os emblemas de Castela e Leão com as cores modificadas, mas ele reproduziu tal qual as cores das armas régias, como se vê nos dois cartulários com cópias certificadas dos 36 privilégios que recebera dos Reis, que confiou a Nicolò de Oderigo, embaixador genovês em Espanha, de que um exemplar, como dissemos, se conserva hoje em Génova e o outro em Paris.

Tornando a Filipa Moniz, é importante notar que D. Hernando Colón exagera a sua nobreza, descrevendo-a anacrònicamente como uma gentil-donna chamada Donna Filippa Mogniz: na realidade foi só em 1522 que D. João III autorizou a mulher e as noras do donatário Bartolomeu Perestrelo III a intitularem-se donas³³.

Quanto a seu pai, Bartolomeu Perestrelo, Gomes Eanes de Zurara³⁴ di-lo “fidalgo da casa do Infante D. João”, no sentido genérico do termo fidalgo, pois era de facto nobre por nascimento: seu pai Filipe recebera em 1433 a confirmação das suas armas de nobreza, por ter provado as origens nobres da sua família em Placência, onde tinham o estatuto de cavaleiros. Era no entanto, como os seus antepassados, um simples cavaleiro, como

³² Alberto Salvagnini, *Cristoforo Colombo e i Corsari Colombo suoi contemporanei*, Ministero della Pubblica Istruzione, Roma, 1893, pp. 14-17; cf. Henry Harisse, *Les Colombo de France et d'Italie, fameux marins du XV^e siècle, 1461-1492*, Lib. Tross, Paris, 1874.

³³ Vide Pe Fernando Augusto da Silva & Carlos de Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, 3^a ed., 3 vols., Funchal, 1966, s. v. “Porto Santo, profetas e nobres do”; sobre as pretensões nobiliárias dos Perestrelas, vide art^o “Perestrelo, Bartolomeu”, *ibidem*, s. v.

³⁴ *Crónica dos Feitos da Guiné*, cap. lxxxiii.

consta de todos os documentos oficiais que o mencionam, nomeadamente a carta de 1.XI.1446, por que o infante D. Henrique lhe concede a capitania-donatária do Porto Santo, a carta régia de 17.VIII.1459 por que D. Afonso V autoriza o trespasse da capitania a Pero Correia, que desposara uma das suas filhas, a doação da capitania da ilha Terceira a Jácome de Bruges, no mesmo regime da do Porto Santo, a 2.III.1450, além de uma lista dos procuradores dos concelhos que participaram nas Cortes de Lisboa em Dezembro de 1439 e do aforamento de umas casas em Lisboa a 8.VI.1431³⁵. Estava portanto muito longe de ser um membro da alta nobreza: esta, herdeira dos ricos-homens da Idade Média, era constituída em primeiro lugar pelos titulares (duques, marqueses, etc.), e em seguida pelos fidalgos de solar, senhores de terras em que exerciam jurisdição, sem contudo possuírem títulos³⁶. Os cavaleiros e, abaixo deles, os escudeiros e os moços da câmara, eram os continuadores dos infanções de antanho, constituindo a baixa nobreza, muito mais numerosa³⁷, em que se integravam os Perestrelos. A seu lado havia ainda indivíduos considerados nobres, por mercê régia ou em razão das funções, por vezes assaz elevadas, que exerciam, sem contudo serem fidalgos³⁸.

Quanto a Filipa Moniz ser tia de condessas e marquesas, não é mentira nenhuma; mas manda a honestidade historiográfica que se explique como: através da falta de vergonha e do deboche. Com efeito, sua irmã Branca (ou segundo outros, Isabel) Dias Perestrelo foi amante do *castíssimo* arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, de quem pariu nada menos que oito filhos. Será que o facto de ir para a cama com um arcebispo prova a sua alta jerarquia? Prova apenas que era cabra ou pega, conforme a classe zoológica em que se prefira classificá-la; mas pegas há-as de todos os estratos sociais...³⁹. Se seus filhos receberam títulos de nobreza, receberam-nos

³⁵ *Monumenta Henricina*, vol. IX, doc. 143, vol. XIII, doc. 182, vol. X., doc. 134, vol. VII, doc. 15 e vol. VII, doc. 15.

³⁶ Vide João José Alves Dias, *Portugal – Do Renascimento à crise dinástica, Nova História de Portugal*, vol. V, Ed. Presença, Lisboa, 1998, pp. 277 & *sqq.*

³⁷ Cf. A. H. de Oliveira Marques, artº “Nobreza – Na Idade Média”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971, s. v.

³⁸ Cf. António Caetano do Amaral, *Para a história da legislação e costumes em Portugal*, 2ª ed. Livª Civilização, Porto 1945; António de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, 2ª ed., Cooperativa Editora História Crítica, Lisboa, 1979.

³⁹ Se me é permitido, em aparte, uma nota pessoal, direi que por minha trisavó materna, D. Antónia Joana Francisca Leite de Sousa Noronha, natural de Ribandar, Goa, Índia Portuguesa, sou longínquo descendente de tais amores — do que me não envergonho, já que Cristo era, segundo S. Mateus 1, 5-6, descendente de uma prostituta (Raab), de uma mulher adúltera (a de Urias, que concebeu del-rei David) e de uma estrangeira, quiçá incestuosa (Rute, que segundo uma das versões da história concebeu de seu próprio sogro).

em atenção ao pai — que era neto, ainda que por bastardia dos reis D. Fernando de Portugal e D. Henrique III de Castela — e não em atenção à mãe.

De qualquer modo Colombo nasceu na Europa e não na Índia; não estava por isso sujeito ao regime das castas, como o Eng.^o Branco parece imaginar. Neto de um sapateiro de Torres Vedras era o chanceler Rui Gomes de Alvarenga, mas isso não impediu que desposasse D. Melícia Soares de Melo, filha de Estêvão Soares de Melo, senhor de Melo, nem que seu filho Lopo Soares de Albergaria desposasse D. Joana de Albuquerque, filha de Nuno da Cunha, camareiro-mor do infante D. Fernando, pai del-rei D. Manuel. Quanto à licença do grão-mestre ou governador da ordem, que ao tempo era de facto D. João II, para as comendadeiras⁴⁰ poderem casar, era necessária para as segundas núpcias das viúvas⁴¹, não para as solteiras, como era o caso de Filipa.

Há sobretudo que notar que o Colombo que a desposou não era já o tecelão de antanho, mas o agente de poderosas casas comerciais genovesas que na prática detinham o monopólio da exportação do açúcar do arquipélago da Madeira. Nas Cortes de 1472-73 haviam-se queixado os habitantes do Funchal de que todo o comércio açucareiro estava nas mãos de genoveses e judeus, pedindo a liberalização do seu trato; e em 1481-82 insistiam em que se proibisse a residência de estrangeiros no arquipélago, mas em vão, pois a infanta D. Beatriz havia determinado que Battista Lomellini fosse considerado não como estrangeiro, mas como “natural e criado e servidor seu”; o mesmo sucederia a “Micer Leão”, Giovanni Antonio Cesare, Luigi Doria, Urbano Lomelino, Battista Catagno, Antonio Spinola e vários outros que se arraigaram na Madeira. Por suas mãos corriam pelo menos 63% da exportação açucareira. Numa época em que o arquipélago produzia cerca de 120 000 arrobas anuais de açúcar, Génova consumia 13 000 e colocava em Constantinopla, por intermédio do seu entreposto de Xio, mais 15 000; e há razões para crer que das 40 000 que embarcavam para a Flandres boa parte era aí conduzida por vasos genoveses⁴². É neste contexto que Cristóvão Colombo aparece em cena como agente de Paolo di Negro, mercador estante em Lisboa, fornecedor de açúcar a Lodisio Centurione,

⁴⁰ *Comendadoras*, como escreve o Eng.^o, não é português, é castelhano.

⁴¹ Veja-se a *Regra, statutos & diffinções [sic] da ordem de Sanctiaguo*, Em Setuual, por Herman de Kempis, 1509, f. 7v. Agradeço à minha prezada colega e ex-aluna Doutora Fernanda do Olival, especialista em história das ordens militares, esta referência.

⁴² Podem ver-se mais detalhes in Virgínia Rau e Jorge de Macedo, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV – Problemas de produção e comércio*, Junta-Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1962.

que permanecia em Génova; tudo indica que andava ao seu serviço desde c. 1474 e que fora por sua conta que empreendera a viagem às Ilhas Britânicas e à Islândia em 1477.

Para os Perestrelos à beira da falência — haviam até, como vimos, vendido a donataria a um genro, venda que ao depois foi judicialmente anulada, por ter sido feita na menoridade do herdeiro legítimo —, estas relações acrescentavam uma nota de conveniência a um enlace que deve ter sido feito “por amores”, como costumam os nobiliários dizer das uniões desiguais: [*Colombo*] *era huomo di bella presenza* [...]; *Filippa Mogniz* [...] *prese tanta prattica et amicitia con lui, che diuenne sua moglie*⁴³.

Quanto às presunções nobiliárias de D. Hernando Colón, mesmo descontando a lamentável confusão que o Eng.º Branco estabelece entre Cristóvão Colombo e Nosso Senhor Jesus Cristo, é evidente que se não podem tomar a sério, não só quando atingem excessos como fazer descender Colombo de um cônsul romano do século I, com o nome estropiado para o efeito, mas também quando se ficam por meias-palavras, alusões indiretas e quejandos. É o que parece passar-se com a afirmação de que Colombo “não era o primeiro almirante da sua estirpe”, com que topámos acima, alusão oblíqua por que o biógrafo procura sugerir que seu pai era parente de um dos almirantes franceses conhecidos por *Coulons*, o que, como abaixo veremos, é ainda menos provável que o seu parentesco com os Colombos nobres de Placência.

Claro que à prosápia dos Colombos não agradavam muito as alusões às suas origens humildes. Do inquérito ao seu comportamento movido por Francisco de Bobadilla, primeiro governador das Índias nomeado pela Coroa, que exerceu funções de 1500 a 1503, consta a acusação de terem mandado cortar a língua a duas mulheres, Teresa de Baeça e Inês de Malaver, porque disseram que o pai de Cristóvão e Bartolomeu era tecelão. O facto consta dos testemunhos de Rodrigo Pérez, Francisco de Sesé, Rodrigo Manzorro e Juán de Salazar. É suficiente transcrevermos o primeiro:

El dicho Rodrigo Pérez, lugarteniente de justiçia, dize: que podía aver çinco años que Teresa de Baeça e Ynés de Malaver dixeron qu’el Almirante e sus hermanos eran de linaje de texedores, que [en] Moflín avía enseñado a texer a don Diego [i. e., a seu filho], e que por ello les cortaron las lenguas; e quando lo supo el Almirante [que estava em Castela] escrevió una carta al adelantado [Bartolomé Colón],

⁴³ Don Fernando Colombo, *Vita e Viaggi di Cristoforo Colombo*, cap. iv.

que leyó este testigo, que en una parte de ella dezía “eso que aveys fecho está bien, que quien dize mal de nos muerte meresçe e asy es el derecho”⁴⁴.

O castigo foi portanto infligido por Bartolomeu Colombo, mas Cristóvão aprovou-o, por defender a honra da família. Razão tem o ditado: “se queres ver o vilão, mete-lhe a vara na mão...”.

4. “O documento Assereto”

Vimos já que nem é certo que a viagem que Colombo empreendeu em busca da galeaça *Fernandina* se inscreva na guerra de Aragão, nem que seja datável de 1472, nem que nela fosse Colombo o capitão. E que o fosse? Não era possível ter participado em 1472 na guerra de Aragão, em 1476 na batalha do Cabo de São Vicente, ter em 1477 feito uma viagem ao Mar do Norte e em 1478 andar ocupado em negócios de açúcar na Madeira? Não são viagens que duram escassos meses e não anos? E 1472, 1476, 1477 e 1478 não são anos sucessivos? Para mais que, como mostrou Rinaldo Cadedo, a viagem ao Mar do Norte, em que terá atingido a Islândia, deve ter sido feita por conta dos mesmos patrões que a viagem a Xio, a viagem em que adregou aterrar em Portugal e a viagem da Madeira a Génova: as casas Spinola e Di Negro. Se o descobridor Colombo era pessoa distinta do Colombo referido no chamado “Documento Assereto”, e se era este (*Cristóvão Colombo*) e não o primeiro (*Cristóvão Colombo*) o agente das casas Di Negro e Centurione na Madeira, por que motivo contempla o descobridor (*Cristóvão Colombo*), nos codicilos do seu último testamento — cuja autenticidade discutiremos mais abaixo —, elementos daquelas duas casas comerciais com dois dos seis legados que institui, ou como compensação moral por auxílios recebidos ou, mais prosaicamente, para liquidação de empréstimos contraídos?

Embora não queira enveredar pelas sendas da especulação gratuita, avento até que a própria viagem à Guiné — que teve necessariamente lugar após 1481, uma vez que Colombo achou aí já concluída a fortaleza de São Jorge da Mina, construída no dito ano — tenha sido feita ao serviço das mesmas casas comerciais, já que D. João II era pouco propenso a autorizar a presença de simples curiosos nas suas expedições ultramarinas. Afirma o Eng.^o Branco, ironicamente, que Colombo, após desposar

⁴⁴ Arquivo Geral de Simancas, *Incorporado*, legajo 13, pub. por Consuelo Varela e Isabel Aguirre, *La caída de Cristóbal Colón – El juicio de Bobadilla*, Marcial Pons Historia, Madrid, 2006, pp. 242-243; cf. p. 232. Agradeço ao meu prezado amigo e colega Juan Gil que me chamou a atenção para este testemunho.

Filipa Moniz, “nos restantes 5 anos em que está em Portugal, de repente, torna-se capitão de navios, aprende toda a arte de navegar, vai aos Açores, costa de África, Cabo Verde, Mina, etc.”. Esta maneira de se exprimir é incompatível com o mínimo de objetividade histórica que se requer num debate científico: primeiro, porque ninguém afirmou que ele capitaneara qualquer das viagens referidas, nem que aprendera “de repente” a arte de navegar; segundo, porque a viagem referida é com toda a probabilidade uma só, pois, como nas nossas faculdades aprende qualquer estudante de história dos descobrimentos, o regime de ventos impõe que a *volta da Mina* (que fica na costa de África) se faça por Cabo Verde e pelos Açores; e terceiro, porque não há aí ocasião para qualquer *etc.*

Por outro lado: ainda que na guerra de Aragão Cristóvão Colombo *capitaneara* um navio, isso obrigaria a que sempre que se embarcasse fosse ele o capitão? Não podia jamais a partir daí embarcar como passageiro? Não consta que na viagem a Xio, na viagem ao Mar do Norte nem muito menos na viagem à Mina fosse ele o capitão! Deve ter sido nessas viagens em que participou por assim dizer passivamente que, sendo, como de feito era, um espírito curioso, apurou os conhecimentos de navegação que em Génova apreendera na sua juventude. O Eng.º Branco parece imaginar ingenuamente que no século XV houvesse já postos militares, a que se podia ser promovido mas de que se não podia ser despromovido, como nos exércitos e nas marinhas modernas (repete até essa ideia mais abaixo, ao afirmar que Jorge Bissipat em 1475 “se tornou capitão da marinha francesa”). *Capitão* (de um corpo de tropas ou de um navio) era nesse tempo uma função, para que se era nomeado *ad hoc*; só com a generalização das “companhias à suíça”, formadas por profissionais, em meados do século XVI, já bem morto e enterrado o Almirante, começou o termo a adquirir os contornos mais precisos de “posto da hierarquia militar” que tem hoje.

5. “O Testamento de 1498”

Este documento, conhecido como *Institución de Mayorazgo* — que, como abaixo veremos, não é exatamente um testamento mas uma escritura pública, embora destinada a produzir efeitos *mortis causa* —, é, de facto, o mais problemático dos documentos colombinos, embora como vamos procurar mostrar não possa ser tido por integralmente falso. A ideia, avançada por um historiador desportivo cujo nome não recordo, de que se trataria de uma falsificação de D. Baltasar ou Baldassare Colombo, cai pela base perante a mera constatação de que existem duas cópias do documento em

papel e letra de começos do século XVI, quando nem D. Baltasar nem sequer talvez seu pai eram nascidos. Baldassare Colombo era um nobre de Cuccaro, no Piemonte, que em 1583, na sequência da morte de D. Diego Colón y Pravia, 4.º Almirante das Índias, bisneto e último descendente por varonia do descobridor do Novo Mundo, reivindicou para si o morgadio que este instituíra, com base numa alegada identidade entre um antepassado seu denominado Domenico Colombo e o pai do Almirante — impossível, uma vez que o primeiro faleceu em 1456 e o segundo era ainda vivo em 1494. D. Diego, 4.º almirante, falecido a 27.I.1578, era sobrinho e herdeiro do 3.º, D. Luís Colón y Toledo, neto do descobridor. O pleito que se seguiu foi na época objeto de duas publicações de tiragem reduzida, para uso dos advogados⁴⁵, que contêm uma série de documentos interessantes, de que nos não podemos ocupar aqui; entre eles figura uma cópia da *Institución del Mayorazgo*. As primeiras cópias manuscritas desta são, contudo, como adiantámos já, muito mais antigas, datando dos primeiros anos do século XVI: conserva-se uma no Archivo de Indias, em Sevilha, e a outra nos Archivi di Stato de Génova, e não apresentam entre si senão pequenas divergências, sobretudo de ortografia⁴⁶. Por outro lado, não pode ter sido D. Baltasar quem forjou a documento no contexto da demanda que intentou em 1583, pois uma cópia da *Institución* fora já entregue ao tribunal a 13.V.1578 pelo Dr. Hurtado, advogado de um outro candidato à herança, Cristóbal Colón y Carvajal, filho bastardo do 3.º almirante, D. Luís Colón y Toledo.

É verdade que já em começos do século XIX D. Martín Fernández de Navarrete (1765-1844) lamentava⁴⁷: *aunque no tenemos motivo fundado para desconfiar de la legitimidad de este documento [...] sin embargo carecemos de la satisfacción de haber encontrado en los Archivos [...] un original de letra del Almirante o una copia legalizada en toda forma...* Parece que foi mais tarde que o laborioso investigador encontrou no *Libro de registro del Sello de Corte*, em Simancas, a confirmação da criação do morgadio pelos Reis, outorgada

⁴⁵ *Demanda y Oposición de don Baltasar Colombo de Cucaro, para la sucesión que pretende del mayorazgo que fundó D. Christoval, primer Almirante de las Indias*, Pedro Madrugal impressor, Madrid 1590; e *Memorial del Pleyto sobre la sucession en possession del Estado y Mayorazgo de Veragua, Marquesado de Jamayca y Almirantazgo de las Indias que fundó don Christoval Colon, primero descubridor, Almirante, Virrey y Gobernador general de ellas* [Madrid, 1606].

⁴⁶ Pode ver-se o seu elenco in H. Harisse, *op. cit.*, vol. I, pp. 156 e sqq.

⁴⁷ *Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV* [1.ª ed., 5 vols., Madrid, 1825-37] in D. Carlos Seco Serrano (ed.), *Obras de D. Martín Fernández de Navarrete*, vol. I (Biblioteca de Autores Españoles, tomo 75), Atlas, Madrid, 1954, pp. 442-443.

em Granada a 28.IX.1498, que transcreveu na introdução que redigiu à sua obra antes de a dar à estampa⁴⁸. Esse documento confirma tanto a existência da *Institución...* como a sua data (Sevilha, quinta-feira, 22.II.1498), embora não confirme apoditicamente o seu teor visto não o transcrever integralmente. O documento foi teoricamente anulado pelo testamento colombino de 1502, em cujo seguimento Colombo lhe apôs a verba: *no valga esta escritura y valga otra que yo hize el año de 1502 a primero d'Abril en el Monasterio de las Cuevas de Sevilla, que tiene fray D. Gaspar [Gorrício]*; é certamente por isso que não consta dos dois cartulários que Colombo enviou para Génova por mãos do embaixador genovês na corte espanhola, Nicolau Oderigo. No entanto esta nova escritura de 1502 (três meses posterior à elaboração dos cartulários, de que por conseguinte não podia constar) desapareceu sem deixar rastro, de modo que foi a de 1498 que acabou por ser tida por válida, sendo repetidamente utilizada nos *Pleitos Colombinos* de 1508-1535⁴⁹, como consta de uma boa vintena de minutas e de rogatórias anotadas no verso da sua cópia que foi presente em tribunal, o que mostra que, por então, a sua genuinidade não foi posta em dúvida. Apenas o veio a ser no *Pleito de Sucessão do ducado de Verágua*, de 1583, pelas filhas de D. Luís Colón, também candidatas à herança de seu bisavô, que, como fêmeas, quedavam pela *Institución* excluídas da sucessão do morgadio. No entanto o *Consejo de Indias* rejeitou por improcedente a sua alegação, considerando assim fidedigno o documento.

Seja como for, o que escreve Eng.^o Branco merece alguns reparos que fazemos desde já:

- um *treslado* é por definição uma cópia não autenticada; gabo a pachorra a quem mandou fazer análises caligráficas, sabendo-se *a priori* que não era o original! Já agora, porque não uma peritagem, pelo método do

⁴⁸ Ilustración 10, *op. cit.*, pp. 82-83.

⁴⁹ Remetemos o leitor curioso de pormenores sobre este ponto para o que escrevemos no nosso primitivo artigo e para a bibliografia que aí indicamos. Sobre os sucessivos pleitos movidos pela descendência de Colombo contra a Coroa, a obra mais completa é a de Anunciada Colón de Carvajal (dir.), *La herencia de Cristóbal Colón – Estudios y colección documental de los mal llamados pleitos colombinos (1492-1541)*, 4 vols., Fundación Mapfre e Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2015, que publica numerosos documentos até aqui inéditos. Pode ver-se uma sùmula histórica dos pleitos na introdução de Cesáreo Fernández Duro à sua edição dos principais documentos que aí foram aduzidos: *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de ultramar*, 2.^a série, tomo 7 (2 vols.), Real Academia de la Historia / Establecimiento Tipográfico «Sucesores de Rivadeneyra», Impresores de la Real Casa, Madrid, 1892; cf. H. Harisse, *op. cit.*, vol. II, caps. vi-xv, pp. 180-391.

carbono 14, ao Centro Cultural de Belém, para verificar se, como dizem, data do século XX e não da época de Hamurábi?

- uma cópia não é necessariamente um documento falso: seriam então falsos todos os documentos conservados nas *Chancelarias* da Torre do Tombo, onde formam um conjunto de 1162 volumes, pois o original de cada carta régia, assinado, selado e com protocolo e escatocolo completos, era entregue ao beneficiário, que depois o registava na Chancelaria, onde ficava a cópia, em que protocolo e escatocolo eram geralmente abreviados; e é em geral apenas isso o que chegou até nós;
- é verdade que os italianos (glosando o *Rigoletto: italiani, vil razza dannata!*) são capazes de tudo! No entanto, se a cópia conservada em Génova não é fiel, nem a que se conserva em Sevilha, que parece ser a mais antiga, nem a cópia certificada que se acha no de Simancas⁵⁰ estiveram alguma vez em Itália ou ao alcance de italianos...
- a certeza da origem lígure de Colombo está muito longe de assentar apenas sobre este documento, embora seja ele o mais explícito: citámos, no *ponto 2*, 119 outros testemunhos dela, pelo que não vale a pena fazer cavalo de batalha da genuinidade da presente escritura.

Dito isto, há que reconhecer que o texto, tal como até nós chegou, levanta alguns problemas. No entanto:

- A alusão ao almirante D. Henrique não é dirimente. Há que ter em mente que Colombo não se refere ao almirante em funções no momento em que redigia o instrumento, mas ao primeiro que exerceu o cargo no mesmo regime hereditário em que lhe fora concedido a ele o almirantado das Índias — do que, por ordem dos Reis Católicos, dada em Burgos a 3.IV.1497, foram fornecidas a Colombo cópias autenticadas⁵¹. De feito, o almirantado de Castela, criado por Fernando III, *o Santo*, em 1247 nas vésperas da conquista de Sevilha, tornara-se em 1405, por decisão de Henrique III, hereditário na família Enríquez, descendente de D. Fradique Afonso, filho bastardo de Afonso XI. Como todos os almirantes eram Enríquez e Enríquez significa “filho de Enrique”, pode Colombo ter cuidado que o primeiro da linhagem, almirante de 1405 a 1429, se chamasse D. Enrique, quando na realidade se chamava D. Alonso Enríquez; uma vez que o documento que chegou até nós não é o original, nem é sequer impossível que se trate de um erro de copista, e que naquele se lesse “D. Alonso Enríquez” em vez de “D. Enrique”. De qualquer modo, esse pequeno erro histórico não é por si só suficiente para pôr em causa a genuinidade do documento.
- Quanto ao *Banco San Jorge* de Génova do nosso Eng.^o (que na realidade se chamava *Banca San Giorgio*) não estava tão inativo como ele nos dá a entender, já que Colombo lhe endereçou uma carta autógrafa, de autenticidade

⁵⁰ Arquivo Geral de Simancas, *Patronazgo*, 295, 101, pub. por Consuelo Varela, *Cristóbal Colón*, doc. xix, pp. 190 e sqq.

⁵¹ Pub. por Navarrete, *op. cit.*, vol. I, Apéndice de documentos relativos a la dignidad del Almirantazgo Mayor de Castilla, sus prerrogativas y jurisdicción, pp. 262-295.

incontestável, hoje exposta em Génova, e que o banco lhe respondeu por carta que chegou igualmente até nós.

- A alusão ao meridiano sito a 100 léguas das ilhas dos Açores e Cabo Verde nada tem a ver com o tratado de Tordesilhas, uma vez que se insere no historial da nomeação de Colombo como almirante e se reporta portanto a uma época anterior: ... *y así lo notifiqué al Rey Don Fernando y a la Reina Doña Isabel, nuestros Señores, y les plugo de me dar abiamiento y aparejo de gentes y navíos y de me hacer su Almirante en el dicho mar Océano alende de una raya que marcaron sobre las islas de Cabo Verde y aquellas de los Azores çien leguas, que pase de polo a polo*. A informação contém aparentemente um pequeno anacronismo, mas em sentido diametralmente oposto ao que o Eng.^o Branco imagina. De facto, a 17.IV.1492, nas *Capitulações de Santa Fé* Colombo rogara aos Reis: *que vuestras Altezas, como señores que son de las dichas mares oceanas, fagan desde aquí al dicho don Cristóbal Colón su Almirante en todas aquellas islas e tierras firmes...*; ao que a resposta foi: *Place a sus Altezas – Juan de Coloma*⁵². A nomeação formal, datada de 30.IV.1492, estabelece que Colombo seria considerado almirante e poderia usar o título de *don* (que, como acabamos de ver, entretanto se arrogara) desde o dia em que achasse e ganhasse quaisquer *islas e tierra firme en la dicha mar Océana*⁵³. A injunção de não ir à Mina nem se imiscuir nos tratos de Portugal — que, diga-se de passagem, mostram que os Reis Católicos respeitavam o tratado das Alcáçovas, que só a viagem de Colombo veio a pôr em causa — aparece nas instruções que na mesma data lhe foram dadas⁵⁴, mas sem a precisão das 100 léguas; esta só aparece no ano seguinte, nas conhecidas bulas *Inter Cætera* de Alexandre VI⁵⁵. A referência que lhe faz aqui Colombo no contexto da sua viagem de 1492 é por conseguinte uma simples proleptese.

A única dificuldade verdadeiramente séria que o documento levanta é assim a alusão ao príncipe D. João, falecido de febres em Salamanca a 4.X.1497; não é, contudo, impossível que, como sugere A. Ballesteros⁵⁶, o documento tenha sido redigido, no todo ou em parte, antes da morte de D. João, mas só tenha sido concluído e assinado em fevereiro do ano imediato.

A confusão que o Eng.^o Branco estabelece sobre as relações entre o presente documento e os testamentos colombinos posteriores parece resultar da sua falta de familiaridade com a história das instituições e do direito. A criação de um morgadio, embora participe do mesmo carácter de ato jurídico individual, unilateral, não sinalagmático e com efeitos apenas *mortis causa*, não é exatamente um testamento, e não queda, por isso, *ipso facto* revogada por um testamento posterior, como o Eng.^o Branco parece

⁵² Pub. por Navarrete, *op. cit.*, doc. V, pp. 302-303.

⁵³ *Ibidem*, doc. VI, pp. 304-305.

⁵⁴ *Ibidem*, doc. VII, pp. 305-307.

⁵⁵ *Ibidem*, docs. XVII e XVIII, pp. 312-319.

⁵⁶ *Historia de América*, vol. II, p. 308, cit. por Consuelo Varela, *Cristóbal Colón*, p. 192, nota 5.

crer. Difere sobretudo dele em carecer de autorização e confirmação por El-Rei (documentos que no caso vertente chegaram até nós), pelo que só por nova intervenção régia se podia tornar rata a sua anulação. Não se situa assim estritamente na área do direito privado, cavalgando em certa medida a do público. É verdade que a vinculação de propriedades (que engloba além dos morgadios a instituição de *capelas*), quando no século XIII surge em Castela e Portugal, se regula mais por princípios pouco explícitos, extraídas do direito justinianeu e visigótico uns, simplesmente costumeiros outros, do que por normas de direito positivo, à exceção de uma pequena disposição incluída nas *Leis de Partidas* de Afonso X, o Sábio (r. 1252-84). Foi pelas *Leis de Toro*, aprovadas em 1505, que veio a ser regulamentada e, de certo modo facilitada, em Castela e, por reflexo, em Portugal; mas essa regulamentação, posterior aos factos que nos ocupam, não nos interessa aqui⁵⁷.

A cronologia das disposições *post mortem* de Colombo é portanto a seguinte:

- autorização dos Reis para constituir um morgadio, Burgos 23.IV.1497;
- escritura de instituição do morgadio, Sevilha, 22.II.1498, de que apenas subsistem cópias;
- confirmação da instituição do morgadio pelos Reis Católicos, Granada 28.IX.1501;
- testamento e novo ordenamento do morgadio, por ato notarial de 1.IV.1502, de longa data desaparecido;
- codicilo⁵⁸ feito em Segóvia a 25.VIII.1505, subsumido pelo documento seguinte;
- testamento definitivo, lavrado perante notário a 19.V.1506 (dois dias antes da morte do Almirante), ratificando o codicilo de Segóvia⁵⁹, seguido de um codicilo não datável, copiado de um autógrafo do Almirante e autenticado pelo notário que o copiou em 1524.

⁵⁷ Sobre o regímen do morgadio em Castela, pode ver-se José Maria Font, art.º “Mayorazgos” in Germán Bleiberg (dir.), *Diccionario de Historia de España*, 3 vols., Alianza Editorial, Madrid, 1979, vol. II, s. v. Sobre o vigente em Portugal, que não é substancialmente diferente, Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed., dir. por Torquato de Sousa Sares, Liv.ª Sá da Costa, Lisboa [1950], tomo VIII, cap. ii, pp. 227 e sqq.; Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV*, Ed. Estampa, Lisboa, 1995.

⁵⁸ *Codicillo*, como escreve o Eng.º Branco, é um castelhanismo, pois nessa forma o termo não existe em português.

⁵⁹ Pub., segundo a cópia autenticada por Pedro de Azcoitia conservada no arquivo do ducado de Verágua, por Navarrete, *op. cit.*, doc. clviii, pp. 489-491; e por Consuelo Varela, segundo a cópia autenticada conservada no Archivo General de Indias de Sevilha (295, 61), *Cristóbal Colón*, doc. xciii, pp. 359-363. Cf. H. Harisse, *op. cit.*, vol. 2, pp. 148-163.

Que Colombo recomece nesta época a falar de Génova, que parecia ter esquecido, não é estranho. Impedido, durante cinco anos, de navegar de novo para as terras que descobrira, autorizado em 1498 a fazer novos descobrimento, mas proibido de desembarcar na Espanhola onde fundara a cidade de Isabela, prestes a atingir a idade climatérica de sete semanas de anos (o que sucederia em 1500), devia sentir desilusão, senão remorso. É perfeitamente natural que tenha reconsiderado a sua postura para com a pátria que o vira nascer.

Seja como for, o nosso conhecimento sobre as origens de Colombo não assenta apenas sobre este documento, de modo que, ainda que se viesse um dia a provar a sua inautenticidade, restariam pelo menos os outros 119 testemunhos que citámos no *ponto 2*.

6. “A Assinatura do Almirante”

Três observações sobre a pretensa equivalência do ponto e vírgula a *Colón*, a que se seguirão dois pequenos esclarecimentos marginais.

Primeiro: No sentido de sinal de pontuação jamais será *colón* que se diz, mas *cólon*; entre *cólon* e *colón* a diferença é a mesma que entre *cágado* e *cagado*: uma questão de acento suficiente para alterar completamente o sentido...

Segundo: O termo *cólon* para designar a vírgula ou o ponto e vírgula é de uso raríssimo; apenas é corrente para designar as tripas... Na aceção de “sinal de pontuação” não é mencionado pelos melhores dicionários de latim, como Charlton T. Lewis e Charles Short, *A Latin Dictionary*, Clarendon Press, Oxford, 1907, nem por L. Quicherat e A. Daveluy, *Dictionnaire Latin-Français*, Lib. Hachette, Paris, 1879, nem sequer pelo monumental *Glossarium ad Scriptores Mediae et Infimae Latinitatis*, de Charles Dufresne, Sieur du Cange em 6 vols, nova edição pelos monges beneditinos de S. Mauro, Veneza, 1737. Tampouco é seu étimo grego κῶλον registado nessa aceção por M. A. Bailly, *Dictionnaire Grec-Français*, 11.^a ed., Lib. Hachette, Paris, 1928. Não sei, portanto, onde foi Mascarenhas Barreto, musa inspiradora do Eng.^o Branco, buscar tal equivalência de um pontinho e uma barrinha a *cólon* e daí a *Colón*.

Terceiro: Se fosse parte integrante do nome, o ponto e vírgula nunca faltaria, como falta nomeadamente no documento de que reproduzi no meu artigo a assinatura em *fac-símile*.

E agora os esclarecimentos: Primeiro, um sintagma é por definição um conjunto sintaticamente ordenado de vocábulos: portanto *Christum ferens*, como escrevi, e não *Christumferens*, que além de não constituir um sintagma

seria até um erro de ortografia latina, já que antes de *f* a nasal implosiva é notada por *n* e não por *m*. Segundo: a primeira parte da assinatura vai com minúsculas provavelmente porque é uma abreviatura consagrada pelo uso, frequentíssima em toda a Idade Média e começos da Moderna, na forma em que aparece⁶⁰, pelo que é natural que Colombo a escrevesse como toda a gente o fazia.

7. “Em Portugal chamava-se Colombo”

Quem o dá a entender é seu filho, logo no capítulo I da *Vida do Almirante*, que não é ocioso citar *in extensu*: ... *perché in effetto questo [sc., Colombo, na frase anterior] era già l'usato cognome dei suoi maggiori, ancorché egli, conforme a la patria dove andò ad abitare e a cominciar nuovo stato, limò il vocabolo acciò che avesse conformità con l'antico, e distinse quelli che da esso discendessero da tutti gli altri che erano collateralì, e così si chiamò Colón*. E de facto a troca de apelido apenas se aplicou ao futuro descobridor, seus irmãos e seus filhos, continuando seus primos a ser designados, mesmo em Espanha, por Colombos, como se pode ver em diversas crónicas e documentos de arquivo. A mudança de apelido teve logicamente lugar quando se mudou de Portugal para Castela; se tivesse sido no momento em que se mudou de Génova para Lisboa teria provavelmente adotado uma forma portuguesa como *Colão* ou semelhante, ou então traduzido à letra o seu apelido por *Pombo*, que também é nome de gente. Há um fator psicológico, referido por seu filho, cujo testemunho neste caso não vemos razão para rejeitar, que parece explicar a sua mudança de nome: D. João II, não querendo aquiescer às exigências exorbitantes de Colombo (que Las Casas, como ficou dito, especifica), terá preferido mandar por sua conta uma caravela a explorar em segredo o Atlântico ocidental, a qual regressou a Cabo Verde sem nada ter achado, do que El-Rei houve paixão, pelo muito dinheiro que gastara em vão. Trata-se possivelmente da aventura de Fernão Domingues do Arco, que em 30.VI.1484 obteve de D. João II uma carta régia a doar-lhe a capitania de uma terra que se propunha descobrir a ocidente. *Il che essendo venuto a notizia dell'Amiraglio, ed essendogli già morta la moglie, prese tanto odio a quella città e nazione, che deliberò di andarsene in Castiglia*.

Seja como for, o momento em que mudou de nome é secundário: o que é importante é que antes de se denominar *Colón* se chamava *Colombo*.

⁶⁰ Vide Adriano Capelli, *Dizionario do Abbreviature Latine ed Italiane*, Editore Ulrico Hoepli, Milão, 1929, com numerosos fac-símiles.

Aduz-me o Eng.º Branco como prova de que em Portugal já se chamava *Colón* uma carta que em 1488, quando estava em Castela e mudara de nome havia talvez cinco anos, lhe endereçou D. João II, para Sevilha, como se lê no sobrescrito. Que eu saiba Sevilha não fica em Portugal...

Engenha-se em seguida o Eng.º a querer provar que só mais tarde entrou em uso a forma *Colombo*, e que foi por se conformarem com esse uso que ambos os cronistas de D. João II o designam desse modo. Infelizmente a evolução é exatamente no sentido oposto: os únicos autores a designá-lo por *Colombo* são os dois que o conheceram pessoalmente em Portugal, Garcia de Resende, secretário de D. João II, e Rui de Pina, um dos diplomatas que prepararam o tratado de Tordesilhas. Os escritores quinhentistas como João de Barros, António Galvão, Gaspar Frutuoso, etc., chamam-lhe *Colom*. João de Barros⁶¹ baseia-se em Gonzalo Fernández de Oviedo, e foi certamente por essa via que o nome que Colombo tomara em Castela passou a Portugal. Não conheço, aliás, nenhum texto quinhentista que em português o designe por *Colombo*, forma que só deve ter sido reintroduzida no século XVII ou mesmo no XVIII; não vale a pena perder tempo a investigar tal pormenor.

8. “Nunca assinou Colón”

Responde-me o Eng.º Branco em alhos quando lhe falo em bugalhos... Discute-se a assinatura de Colombo e em vez de uma assinatura apresenta o fac-símile do sobrescrito de uma carta, em que, ainda por cima, o sobrenome Colón nem sequer aparece apostado ao nome do Almirante, mas apenas ao do filho! E sugere que, para provar que em Portugal era conhecido por Colombo, eu deveria apresentar documentos redigidos em Espanha quando já se encontrava aí...

Mas alguma vez alguém pôs em dúvida que em Espanha não fosse designado por Colón? Se até Pedro Mártir de Angléria, logo em 1493, lhe latinizou o nome em *Colonus*...

9. “O nome original era Colombo”

Assim o diz seu filho, logo no cap. I da sua biografia, que linhas acima citámos *in extensu*. Dir-se-ia que o Eng.º Branco começou, por engano, a ler o livro pelo fim, e que quando chegou ao princípio estava já sem fôlego e via

⁶¹ Ásia – *Dos feitos que os Portugueses fizeram na Conquista e Descobrimto das Terras e Mares do Oriente*, Década I, Lisboa, 1552, iii, 11.

tudo turvo... Daí a sua afirmação: “não se pode discutir o verdadeiro nome do pai nem a sua origem com base nos textos de Hernando Colon”. Na realidade sabe-se o seu verdadeiro nome de família logo a partir do cap. I; não se sabe o nome do pai no cap. I, mas sabe-se já no lxxii (lxxiii); não se sabe a sua verdadeira pátria no cap. I, mas passa a saber-se mais depressa ainda: logo no capítulo V!

Mas, se o seu nome original não era Colombo, por que motivo logo em fevereiro de 1493 o diarista Alegretto degli Alegretti, de Sena, designa o descobridor da América por Cristoforo Colombo? Por influência de um laneiro de Génova, tão famoso em Sena que o seu nome se terá sobreposto ao do Almirante? E como se terá difundido tal tradução do nome se o texto do diarista senense permaneceu inédito até ao século XIX? E por que motivo traduziu, meses depois, da mesmíssima forma o poeta Giuliano Datti o seu nome, no poemeto em que glosou poeticamente a carta de 15.II.1493 de Colombo a Santángel? E por que motivo designa o *Bergamasco* — ou seja, o monge agostinho Giacomo ou Jacopo Filippo de Bérghamo (1434-1520) — na sua crónica geral do mundo⁶² o descobridor da América por *Christophorus Columbus*? E por que motivo traz a carta de 7.XII.1502 do Magistrado de São Jorge de Génova ao Almirante por cabeçalho “*Copia di lettera scritta dal Magistrato di S. Giorgio al Colombo*”? E porque aparece na primeira edição da *Vida do Almirante* o nome do autor na forma *Don Fernando Colombo*? Não podiam ter traduzido o castelhano *Colón* por *Colonne* ou por *Colono*? Ou ainda por *Colonna*, nome de uma família nobre romana, atestado desde 1101, que entre 1193 e o ano do descobrimento colombino dera já à igreja romana onze cardeais? Como nome de família devia ser mais conhecido em Itália que o de um tecelão genovês...

Quanto aos “registos de um corsário português Culon ou Culão, que podem facilmente gerar o nome Colon em castelhano”, confesso que os ignoro inteiramente; em vão os procurei nos índices alfabéticos d’*Os Descobrimentos Portugueses* de Silva Marques, onde o autor compendiou toda a documentação que achou sobre a atividade marítima em Portugal de 1000 a 1500 e nas crónicas que conheço: nada consta. Palpita-me, por isso, que o Eng.º Branco, não evidentemente para confundir o leitor, mas porque se tenha ele próprio confundido, imagina ver um português *Culon* nas fontes italianas que referem a presença em Lisboa de Guillaume Casenove dito

⁶² Jacobo Philippo Bergomense, *Nouissime Historiarum Omnium Repercussiones, nouiter a Reuerendissimo Patre..., ordinis heremitarum edite, que Supplementum Supplementi chronicarum nuncupantur* [reedição atualizada do *Supplementum chronicarum* cuja primeira edição datava de 1483], Veneza, 1502, liv.º XVI, fl. 440 v.

Coulon le Vieux em finais de 1476 e começos de 1477⁶³. Não é impossível que, de facto, jaça aí a origem do nome *Colón* que Colombo adotou ao trasladar-se para Castela pouco depois de falecer o velho corsário de que fora vítima⁶⁴ — não por identidade de pessoa ou de família, mas quiçá com o intuito de fazer crer em Castela que era herdeiro moral seu, ou então por simples desejo de em certa medida se identificar com um lobo do mar que no fundo admirava.

10. “Os pagamentos dos Reis Católicos”

O primeiro, segundo e quarto documentos aqui aduzidos pelo Eng.^o Branco são os que eu cito; não vi o original, mas na edição de Navarrete⁶⁵ vem das três vezes *Colomo*, com *-o* final; aliás em castelhano, como toda a gente sabe, não há palavras terminadas em *-m*. Se de facto é *Colom* o que se lê no original e não *Colomo*, como Navarrete escreve, há que entendê-lo como uma palavra que ficou incompleta, mas seria bom apresentar um fac-símile para que quem saiba paleografia possa ajuizar por si. Quanto aos “restantes registos de pagamentos” que eu não transcrevo por não apoiarem a minha hipótese, resumem-se assim à terceira verba, referente a um pagamento feito a uma pessoa cujo nome foi deixado em branco! Altamente probatório...

Quanto à afirmação de que, segundo Consuelo Varela, o nome *Colomo* em espanhol de forma nenhuma daria *Colombo* em italiano, convém notar que, como aliás é do domínio público, o italiano não deriva do espanhol. Por conseguinte *Colomo* em castelhano jamais poderia “dar” *Colombo* em italiano; é uma questão de linguística elementar, que queda liminarmente fora de questão: não se trata de derivação, trata-se de tradução. Neste caso a tradução implica a criação de um novo vocábulo, pelo mecanismo da analogia, o que é distinto da derivação. Basta consultar o livro básico do fundador da linguística moderna, Ferdinand de Saussure, traduzido em

⁶³ Vide Salvagnini, *op. cit.*, p. 81 e docs. lxiii, lxv e lxix.

⁶⁴ Casenove deve ter falecido em meados de 1483, pois conhece-se uma procuração de 10.IX.1483 passada pela “noble damoiselle Guillemette le Sec, Dame de Varelma et le Mesnil Pavyot, veufve de Guillaume de Casenove dit Coulomp, escuyer, visadmiral de France, et Jehan de Casenove, escuyer, son filz et filz du dit visadmiral defunct”, pub. por Harisse, *op. cit.*, doc. xxv, p. 100. Segundo D. Hernando (caps. xi-xii), seu pai abandonou Portugal em finais de 1483; parece contudo mais provável que o tenha feito em 1485 ou 1486, pois Colombo declara numa nota marginal ao seu exemplar da *Historia Rerum ubique gestarum* de Eneias Sílvia Piccolomini, futuro papa Pio II (Consuelo Varela, *Cristóbal Colón*, p. 11), que estava presente quando em 1485 Mestre José Vizinho, regressado da Guiné, apresentou a D. João II os resultados das medições astronómicas que ali fizera.

⁶⁵ *Op. cit.*, doc. II, p. 301.

português com o título de *Curso de Linguística Geral*⁶⁶. O que está em questão é que, embora em castelhano *Colomo* seja uma forma rara, a forma feminina *Coloma* é corrente, pelo menos no nome da santa virgem e mártir Santa Coloma (em português Santa Comba), cujo nome é em latim *Columba* e em italiano *Colomba*; por sinal que o secretário dos Reis Católicos, bastas vezes citado na documentação colombina, se chamava Juan de Coloma. Ora, se no feminino *Colomba* na língua de Dante se traduz por *Coloma* na de Cervantes, logicamente *Colomo* traduz *Colombo* e vice-versa! Como explica Saussure, a criação de vocábulos por analogia resulta de uma espécie de regra de três simples, que no caso vertente se pode escrever assim:

$$\frac{\text{Coloma}}{\text{Colomba}} = \frac{\text{Colomo}}{x} \quad \text{Portanto: } x = \frac{\text{Colomb} - a \times \text{Colom} - o}{\text{Colom} - a} = \text{Colombo}$$

Quanto à segunda entrada com o nome em branco (que é, evidentemente, mais probatória que os documentos em que o nome aparece com todas as letras, como qualquer aprendiz de historiador sabe de cor...), há que notar que, se os donativos que os Reis mandaram fazer a Colombo eram, como parecem ser, *grosso modo* semestrais, um pagamento três dias após o primeiro parece indicar por si só que não é feito à mesma pessoa, mas a um outro anónimo. Recorde-se, a título de comparação, que na época o pagamento aos soldados se fazia “aos quartéis do ano”, ou seja, trimestralmente.

Com o “pagamento feito por ordem do doutor Talavera” mergulhamos na engenharia textual, operação que a ninguém é lúdima, ainda que seja engenheiro: o que o documento diz é que o pagamento foi feito em sua presença por ordem verbal dos Reis; em parte alguma se diz que foi feito “por ordem do doutor Talavera”! Retocando o texto das fontes a pouco e pouco, chega-se aonde se quiser chegar. Mas é pouco honesto!

Afirma em seguida o Eng.º Branco: “É referido que nessa data ‘o português’ estava na corte (no Real) e o Almirante estava de facto na corte (pelo menos três dias antes estava, como mostra o pagamento anterior). O pagamento de 18/10/87 é assim um forte indício de o Almirante ser considerado português em Castela nesta altura”. Trata-se de uma verdadeira pescadinha-de-rabo-na-boca lógica e metodológica: prova-se que Colombo

⁶⁶ Ed. Dom Quixote, Lisboa, 1999.

era considerado português porque há um pagamento a um anónimo que é qualificado de português; e prova-se que o português anónimo era Colombo... porque o anónimo é qualificado de português. E mais: se o pagamento anterior prova que Cristóvão Colombo estava no arraial, afinal é Cristóbal Colomo e não o português de nome em branco o futuro descobridor, e *Colomo* sempre é adaptação de Colombo, apesar de Consuelo Varela dizer que jamais o poderia ser!

Aliás não me admiraria muito de que a Colombo chamassem em Castela “o português”, pois viveu quase uma dezena de anos em Portugal e aqui casou; e por certo que, como mostram os textos que escreveu, se exprimia em *portinhol*. Na aldeia dos meus tios em Trás-os-Montes há uma velhota que é conhecida pela Senhora Africana — e nem é preta nem esteve jamais em África. Foi alcunha que herdou do pai, que viveu algum tempo em Angola! –

Notemos, já agora, que o *Real* não é propriamente a *Corte*: o termo é, em português como em castelhano, uma variante de *arraial*, “ajuntamento de povo, acampamento de tropas” (derivado sem dúvida de *arraia*, “povo, grei”, do árabe *ra’âyâ*, plural de *ra’îya*, “rebanho, povo, população”); no caso vertente o campo militar de Santa Fé. Não haveria mais portugueses em Santa Fé, para que o anónimo *português* mencionado seja obrigatoriamente Colombo, cuja portugalidade quedaria assim automaticamente provada? De memória estou a recordar-me pelo menos de mais um: D. Francisco de Almeida, futuro vice-rei da Índia.

O raciocínio do Eng.º Branco é tão tortuoso neste passo que me recorda a história do naturalista que fazia sucessivas experiências para estudar o comportamento das rãs. Tocava uma buzina e a rã saltava. Cortou as patas à rã, tocou a buzina e a rã não saltou. Daí concluiu, assaz logicamente, que as rãs sem patas não ouvem...

11. “O irmão Diego”

Escreve o nosso bom Eng.º: “ao contrário do que LT diz, o irmão do Almirante em Espanha sempre se chamou Diego e o seu nome é referido em cartas dos Reis pelo menos desde 5/5/1495 (e não 1504)”. A isso respondo que antes de discutir uma afirmação convém lê-la! O que eu escrevi foi: “Sabemos, igualmente, que seu irmão Giacomo ao mudar-se para Espanha — onde, por carta régia de 8 de fevereiro de 1504, registada no *Sello de Corte* do Real Arquivo de Simancas, foi feito *natural destes nuestros reinos de Castilla e de León* — se passara a chamar Diego”. *Passara* é

um mais-que-perfeito do indicativo, que denota uma ação anterior a outra, no caso vertente nove anos anterior!

O resto do que escreve o Eng.^o Branco queda prejudicado pelo facto de ignorar que *Diego* em castelhano e *Diogo* em português correspondem a *Giacomo* em italiano, pois são meras variantes de *Tiago* (extraído de *Santiago* por falso corte: *San Tiago* em vez de *Sant' Iago*); derivam em última análise do hebraico *Ya'kob*, por intermédio do grego dos Setenta e do latim litúrgico *Iacob* ou *Iacobus* — que por diversas vias deu em português, além de *Jacob*, também *Tiago*, *Diogo*, *Jácome*, *Jaime* e *Jaques*. Eu jamais afirmei que o mano do Cristóvão em Espanha se não denominasse Diego! É exatamente por isso que no presente documento, redigido em Génova, para evitar confusões, uma vez que a correspondência do nome *Giacomo* em italiano (ou *Iacobum* no acusativo latino) não é absolutamente óbvia como o é no caso de Cristoforo/Cristóbal, se esclarece: *Iacobum dictum [in Hispania] Diegho*. É verdade que por vezes *Diego* ou *Diogo* aparece latinizado em *Didacus*; mas esse vocábulo não existe em latim clássico nem como nome comum nem como antropónimo, parecendo a sua forma resultar de paronímia com o grego διδαχή, “ensino, instrução”, que não possui forma masculina correspondente; se a possuísse seria *διδαχός e daria em latim **Didachus*. No entanto a única forma masculina aparentada que existe é διδακτός, “instruído”, que jamais poderia dar *Diego*. Trata-se, por conseguinte, de uma latinização pedante, pseudo-etimológica, motivada pelo desconhecimento de que o verdadeiro étimo de *Diego* ou *Diogo* é *Ya'kob*.

Não se trata, pois, de uma mudança de nome mas da sua tradução corrente. De qualquer modo antes de, por assim dizer, acusar um documento de ser falso, ou, pior ainda, quem quer que seja de o ter falsificado, há que proceder à sua crítica interna e à sua crítica externa, como mandam as regras mais elementares da boa metodologia histórica; e esta requer que se examine o manuscrito.

Quanto aos ossos de Giacomo Colombo ou D. Diego Colón, irmão do almirante: tanto quanto sei o único documento que permite estimar o ano em que nasceu é um ato notarial de Savona, transcrito por Salinero (veja-se o meu art.^o “Cristóvão *Colón*, etc.”, nota 44), datado de 10.IX.1484, em que ele jura ter mais de 16 anos — o que implica ter nascido antes de 1468. Basta que tenha nascido em 1455 (sendo por conseguinte mais novo quatro anos que Cristóvão, o que é assaz plausível) para que à data da sua morte, em 1515, tivesse os tais 60 anos que os técnicos mediram no esqueleto.

12. “O desembarque em Santa Maria”

Acusa-me o Eng.º Branco de neste passo apresentar “uma incorrecção e uma falta de informação, já que o capitão se chamava João da Castanheira”, e de omitir o facto (de significação transcendente...) “de que este conhecia muito bem o Almirante”; e no entanto, começa o seu comentário ao que escrevi com uma citação de Las Casas que atribui a D. Hernando Colón, e em que, para mais, altera a seu talante o texto. Quem tem telhados de vidro... Não é impossível que no manuscrito de Las Casas se lesse algo como *Cast^l*, que os impressores tenham interpretado *Castañeda*, à espanhola. É, de facto, *Castanheira* e não *Castanheda* a forma que ocorre *passim* nas *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso — e o seu nome perpetuou-se até no do Pico de João da Castanheira, um dos montes da ilha de Santa Maria. Contudo, mesmo se há todas as razões para considerar que é Gaspar Frutuoso e não Colombo ou Las Casas quem dá ao capitão de Santa Maria o nome correto, não é honesto, como já dissemos, praticar sub-reptícias obras de engenharia textual e adulterar, se tal nos convém, o texto de uma fonte histórica sem sequer pôr uma nota a justificar a correção! O que está escrito em todas as edições impressas que conheço do *Diário* (que como é bem sabido apenas chegou até nós através da transcrição de Las Casas e que D. Hernando neste passo não transcreve) é: ... *y truxeron otras cosas, que le enbiava el capitán de la isla, que se llamava Juan de Castañeda...* Quanto a D. Hernando, ao contrário do que o Eng.º afirma, jamais indica o nome do capitão da ilha, o que seria estranho se esse fosse tão preñado de signi-ficações quanto aquele insinua. De qualquer modo a cena passou-se em 1493 e não em 1472, como, transcrevendo sem a comentar uma anotação que não especifica ao texto de Gaspar Frutuoso, afirma o nosso bom engenheiro.

Quanto à relação entre João de Castanheda ou da Castanheira e os Ataídes de Castanheira do Ribatejo, eu diria que o Eng.º Branco vai a galope. Em primeiro lugar há muitas Castanheiras em Portugal: só a menos de 20 km de minha casa em Figueiró dos Vinhos há pelo menos três, a Castanheira de Figueiró, a da Arega e a de Pera... E o *Novo Dicionário Corográfico de Portugal*, de A. A. Dinis Cabral, publicado pela Editorial Domingos Barreira do Porto em 1981, regista 28 lugares com o nome de simplesmente *Castanheira*, além de nove outros com qualquer epíteto, como *Castanheira Fundeira*, *Castanheira do Vouga*, etc. — para não falar de 25 outras povoações em que ocorre o nome de *Castanheiro* (no masculino) ou de *Castanheiras* (no plural), que não estão em causa.

Em segundo lugar, quando um topónimo passa a antropónimo, perpetua-se na mesma linhagem por vezes durante séculos, pelo que jamais se pode afirmar que um indivíduo de nome Fulano seja de facto natural de fulana terra. Dois exemplos contemporâneos de Cristóvão Colombo: D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia, era na realidade natural de Abrantes; e Afonso de Albuquerque, segundo governador dela, não era natural de Albuquerque, mas de Alhandra, conquanto usasse um apelido herdado por via materna de um antepassado que, sete gerações mais atrás, fora senhor de Albuquerque. Aliás, a não ser quando designam o senhor do lugar, estes topónimos que viraram antropónimos aplicam-se sobretudo a gente de fora-parte, que apenas fica conhecida pelo nome do seu torrão natal quando muda de domicílio. É assim que a primeira menção de sobrenome Almeida se acha nas Inquirições de 1258, não em Almeida, mas em Zurara, junto a Vila do Conde....

Quanto ao facto (sem dúvida importantíssimo!) de João de Castanheda ou da Castanheda dizer que conhecia bem Colombo, tomado à letra pode indicar simplesmente que o terá por exemplo encontrado em Lisboa ou na Madeira. Pode também ter sido dito manhosamente, para infundir confiança ao Almirante e mais facilmente poder cativar alguns dos seus homens, como de facto no dia seguinte fez a alguns que haviam ido em romagem a uma capela da ilha. Não vale a pena jogar ao Sherlock Holmes e especular sobre um episódio desprovido de significação. Com especulações gratuitas pode provar-se o que quer que seja!

Não é impossível que, como o Eng.^o sugere, o capitão de Santa Maria tenha tentado prender o Almirante a pretexto do problema pendente com a justiça que, como se deduz da carta de 1488, certamente tinha — talvez simplesmente dívidas por pagar, talvez, como foi já aventado mas sem provas documentais, por ter sido acusado de ter assassinado sua mulher; quanto ao dinheiro que D. João II gastara em vão com a caravela que mandara a explorar os mares ocidentais, não constituía evidentemente matéria crime, não exigindo portanto que lhe fosse passado um salvo-conduto. Contudo, quer o texto de Colombo quer o de seu filho dão antes claramente a entender que o pretexto para a detenção foi a viagem em si mesma, considerada uma intrusão nos domínios portugueses. Segundo D. Hernando, o capitão de Santa Maria declarou a Colombo que *tutto quello che faceva e aveva fatto il re suo signore glielo aveva commesso per lettere*. Ora sabemos por Las Casas que D. João II desconfiava de que o alvo da expedição fosse a Mina e por isso mandara prender Colombo em qualquer porto português que escalasse — o que era razão suficiente para que o tentassem deter em Santa Maria, onde

tanto poderia aparecer vindo da Mina como do Cipango! Possivelmente acabou por ser deixado ir em paz, ou simplesmente porque João da Castanheira tenha tido medo das ameaças de Colombo, *que les dió su fe y prometió, como quien era, de no descender ni salir de la caravela hasta que llevase un ciento de portugueses a Castilla y despoblar toda aquella isla*⁶⁷; ou então porque, além de lhe ter exibido a carta de recomendação de 1492 dos Reis Católicos, e quiçá também o salvo-conduto que D. João II lhe passara em 1488, o tenha persuadido de que fizera uma viagem para ocidente e não para a Mina, o que o capitão terá considerado poder constituir escusa bastante, acabando *in dubio* por o deixar para evitar problemas diplomáticos.

Foi, de facto, só após a chegada de Colombo ao Reino que D. João II, interpretando algo extensivamente o tratado das Alcáçovas, reivindicou a posse das terras descobertas por Colombo com o argumento de que a sua latitude era inferior à das Canárias. Há vários documentos (entre eles uma carta dos Reis ao Duque de Medina Sidónia⁶⁸) que mostram que, com efeito, D. João II chegou a preparar uma armada para ocupar, sob esse mesmo pretexto, as terras descobertas por Colombo — o que mostra claramente que, ao contrário do que imaginam certos visionários, este não agiu em conivência com ele. Não é impossível que tenha sido por prever esse argumento que Colombo atribuiu às Lucaias em que desembarcou no Novo Mundo a latitude de 42°, nitidamente superior à das Canárias (c. 28°), em vez dos c. 21° a que realmente jazem — embora, como vimos já, fosse vezeiro em errar a determinação de latitudes.

13. “A língua de Colombo”

Analisei cuidadosamente os textos de Colombo em italiano e detetei neles vários castelhanismos (o artigo *el* em vez de *il*, *de* em vez de *di*, *es çierto* em vez de *è certo*), mas nenhum lusismo. Desde já agradeço ao Eng.º Branco que me indique algum.

De qualquer modo deve ter-se passado com Colombo o que se passa hoje com muitos portugueses em França, que falam em casa francês com os filhos (que por vezes não chegam por isso a aprender português) e quando vêm de *vacanças* à terra falam uma mescla de francês e português; sei, por exemplo de um que “caiu de uma *chafurdagem*, ficou *handicapado* e teve de ir para a *retrete*...”.

⁶⁷ *Diario del Primer Viaje*, s. d. 19 de fevereiro; *Vida do Almirante*, cap. xxxviii (xxxix).

⁶⁸ Vide João M. da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, doc. 252; cf. docs. 262, 264, 271, 275, 279, 280, 281, 304 e 393.

Quanto à carta à Banca San Giorgio, é verdade que está em castelhano, mas é indubitável que é autógrafa, assinada pelo almirante com a sua famosa assinatura; e é como tal que está exposta em Génova. Atente-se no seu conteúdo, pelo menos no seu *incipit*: “*Muy nobles Señores: bien que el coerpo ande acá, el corazón está allí de continuo*”. São tais termos compatíveis com a afirmação de que nunca viveu em Génova? E se não tinha ligações a Génova, porque consignou 10% das suas rendas a favor dos pobres dessa cidade *en descuento de la renta del trigo y bino y otras bitualias comederas? Não havia pobres em Castela?* nem em Portugal?

Quanto à língua de Colombo, foi suficientemente estudada por Juan Gil⁶⁹, para quem remeto os eventuais interessados. O autor aponta aí não só lusismos fonéticos, vocabulares e sintáticos, mas também alguns italianismos (de que eu detetei mais três, como digo no meu artigo) e mesmo alguns catalanismos — o que mostra que a língua materna de Colombo era, como bastas vezes sucedia nos meios ligados ao mar, a *língua franca* do Mediterrâneo, mistura de vários romances.

14. “Chegada a Lisboa em 1476”

E continua o melro a depenicar na horta... Há que analisar as fontes com espírito crítico, sem perder de vista que a principal preocupação de D. Hernando Colón não é negar que Bartolomeu estivesse já em Portugal (o que pouca importância tinha, para ele como para nós), mas que Cristóvão tenha vindo para Lisboa para aprender com ele cosmografia. Dito isto, há que reconhecer que, quanto à cronologia relativa da chegada dos irmãos Colombos a este jardim à beira-mar plantado, é bem possível que, objetivamente, tenha desta vez razão o Eng.º Branco — não graças à minhoca que debicou no quintal de D. Hernando, mas à luz de um documento que provavelmente desconhece, que me passara despercebido: uma procuração que a Bartolomeu passou seu pai, em Savona a 16.VI.1480⁷⁰, o que indicia que nessa data se achava ainda na Ligúria.

Quanto à minhoca da crasta de Frei Bartolomeu, que permitiria datar de 1471 a vinda de Cristóvão Colombo para Lisboa, há que começar por notar que se trata de um extrato de uma carta deste, copiada por Las Casas⁷¹ do original, sem o que se fica sem compreender o uso da primeira

⁶⁹ *Columbiana – Estudios sobre Cristóbal Colón, 1984-2006*, Santo Domingo, 2007, pp. 168-213.

⁷⁰ Apenas conhecida por um resumo dado por Tommaso Belloro e transcrito por Harisse, *op. cit.*, vol. II, apêndice A, doc. xxxiii, p. 436.

⁷¹ *Historia de las Indias*, I, xxviii.

pessoa do singular. O texto impresso que possuo da crónica de Las Casas⁷² é um tanto diferente, mas as diferenças não são significativas, pelo que não vale a pena discuti-las. A referência aos 14 anos durante os quais D. João II o não quis escutar é, como muitas outras com que acima topámos, hiperbólica e simbólica, já que 14 corresponde a duas semanas de anos, conto muito da estima de Colombo. A tomar-se à letra haveria que entender que este não ofereceu os seus préstimos a D. João II (que só subiu ao trono em 1481) mas a D. Afonso V, que era quem reinava 14 anos antes de Colombo entre 1483 e 1486 se ter transferido para Castela, portanto entre 1469 e 1472.

Em 1469 o futuro D. João II tinha 14 anos e estava provavelmente mais interessado em jogar ao pião e aprender a caçar do que em descobrir o caminho para as Índias... Foi, com efeito, só cinco anos mais tarde, em 1474, que El-Rei seu pai lhe doou a exploração da Mina e da Guiné, como se lê na carta régia de 1481 que lhe confirma a doação, *para que tivesse causa e quase necessidade de se ocupar em algum bom e honesto eixercicio per que espertasse seu entender e houvesse a prática de como os reix e príncipes governam, negociom e desembargam as cousas sob sua mão, ordenança e mando* e assim o tirar do convívio dos *que em idade de adolescência e mancebia som, os quaes a natureza e assi os que com eles conversom por isso mesmo serem mancebos encrionom e trazem a outros eixarcicios e delectes e os arredom de toda ocupaçom e cuidado d'esprito*⁷³. Estes termos da lavra de seu próprio pai inclinam muito pouco a imaginar um príncipe D. João já sonhando com as Índias em 1469 ou mesmo em 1472.

De qualquer modo, quem diz que Colombo chegou a Portugal a nado, salvando-se da batalha do Cabo de São Vicente, é o filho, num capítulo da biografia paterna significativamente intitulado *La venuta dell'Amiraglio in Spagna e como se manifestò in Portogallo, da che ebbe causa lo scoprimento dell'Indie che egli fece*. Não se vê razão para que tenha inventado esta história, que ao fim e ao cabo não era muito honrosa para o pai, já que apenas lhe poderia granjear fama de bom nadador — o que nessa época em que não tinham ainda sido restabelecidos os Jogos Olímpicos, de pouco lhe valeria, tanto mais que se propunha alcançar as Índias de barco e não a nado...

⁷² Fray Bartolomé de las Casas, "Historia de las Indias", in *Obras Escogidas de...*, 5 vols., ed. de Juan Pérez de Tudela Bueso e Emilio López Oto, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1957-58.

⁷³ Carta Régia de 4.V.1481, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv.º 26, fl. 102 v-103, pub. in *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1993, doc. 128, pp. 272-274.

O caráter fortuito da aterragem de Colombo em Portugal parece de certo modo confirmado por ele próprio, que em carta a Fernando, *o Católico*, deixou escrito: *Dios nuestro Señor milagrosamente me enbió acá por que yo sirviese a Vuestra Alteza; dixé milagrosamente porque fui a aportar a Portugal...*⁷⁴.

15. “A participação na Batalha de S. Vicente”

Tem toda a razão o Eng.^o Branco ao dizer que havia da minha parte um grande desconhecimento do que se passara na batalha do Cabo de São Vicente. Se me é permitido um aparte, direi que na vida de um historiador — sei-o bem por experiência vivida, volvido já meio século sobre a publicação do meu primeiro livro e sobre a minha primeira aula na universidade — não se estudam muitas coisas que sonháramos estudar, e acabam por se estudar outras por motivos meramente ocasionais. Sobre a batalha do Cabo de São Vicente jamais me debruçara; forneceram-me agora as observações do Sr. Eng.^o um bom pretexto para o fazer. Examinei por isso as fontes que cita (com que se não deve misturar Charles de la Roncière, que é um historiador moderno, embora seja conveniente verificar as fontes primárias sobre que se baseou) e outras que não cita; mas de tal operação nada de novo resultou, ou seja, nada achei que contradiga o testemunho de D. Hernando Colón e de Bartolomé de las Casas sobre o salvamento de Colombo a nado, nem qualquer nova razão para o pôr em dúvida, embora contenham um erro histórico que se deve corrigir como abaixo faço. Uma vez que conhecia já os testemunhos que acabo de referir, verifiquei o de Rui de Pina, li atentamente o de Alonso de Palencia, a quem se deve o mais detalhado relato do combate⁷⁵, mas que para o nosso propósito nada adianta, procurei mas sem sucesso novos elementos em Garcia de Resende, Commynes (que apenas refere que Luís XI encarregou Jorge Bissipat, alcunhado de *Coulon le Jeune*, de escoltar D. Afonso V no seu regresso a Portugal)⁷⁶, D. Jerónimo de Mascarenhas⁷⁷ (que apenas

⁷⁴ Carta de c. 1505, pub. por Consuelo Varela, *Cristóbal Colón*, doc. lxxxix, p. 357.

⁷⁵ Alonso de Palencia, *Crónica de Enrique IV*, livro XXVII, cap. iv (Biblioteca de Autores Españoles, tomo CCLVIII), Atlas, Madrid, 1975.

⁷⁶ *Mémoires de Sire Philippe de Commynes*, V, viii: vide Albert Pauphilet (ed.), *Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age*, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, Paris, 1952, p. 1184.

⁷⁷ Afonso Dormelas (ed.), *Historia de la Ciudad de Ceuta por D. Jerónimo de Mascarenhas: sus sucesos militares y políticos – Memorias de sus Santos y Prelados y elogio de sus capitanes generales*, Academia das Ciencias de Lisboa, Lisboa, 1918.

refere o cerco de Ceuta), Damião de Góis⁷⁸, Jerónimo Zurita⁷⁹, Hernando del Pulgar, Andrés Bernáldez⁸⁰ e Duarte Nunes de Leão⁸¹ (que não referem o incidente, mas tão-somente a viagem de D. Afonso V a França), e uma série de testemunhos avulsos, de que o mais importante é o relatório oficial enviado pelo Conselho dos Anciãos e por Gian Francesco Palavino, vice-governador de Génova, a Galeazzo Maria Sforza, duque de Milão, de quem Génova ao tempo dependia, datado de 20.IX.1476⁸².

Até que novos elementos me apareçam, a minha conclusão continua, portanto, a ser precisamente a mesma: tudo “isso pouco significa pró ou contra a identificação proposta”. Pelo contrário, há até no relato de D. Fernando, que ora reli mais atentamente, uma frase descuidada que a confirma bastante: do Algarve dirigiu-se o futuro almirante a Lisboa, *dove sapeva che si trovavano molti della sua nazione genovese; [...] essendo conosciuto da loro, gli fu fatta tanta cortesia e sì buona accoglienza che mise casa in quella città e tolse moglie* —, o que não teria seguramente acontecido se acabasse de participar num ataque a cinco pacíficos vasos de comércio genoveses, metendo ao fundo três, causando a morte de 350 homens e um prejuízo avaliado em 100 000 ducados, o que corresponde a 345 kg de ouro!

Seja como for, é óbvio que D. Hernando, e na sua esteira Las Casas, misturam duas coisas: por um lado a batalha de 13.VIII.1476 (referida por Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. cxciv) em que os navios que vinham do descerco de Ceuta, comandados por Guillaume Casenove ou *Coulon le Vieux*, travaram batalha com cinco navios de comércio genoveses; por outro lado, a batalha de 21.VIII.1485 (referida por Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, cap. xxi, por Zurita, *Anales de la Corona de Aragón*, XX, lxiv, etc.), em que uma frota francesa de sete navios, comandada por Jorge Paleólogo Bissipat, por alcunha *Coulon le Jeune* (ou Colombo o Moço)⁸³, que acabara de desembarcar na costa inglesa Henri Tudor, candidato ao trono

⁷⁸ Graça Almeida Rodrigues, *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis*, edição crítica e comentada, Universidade Nova de Lisboa, Ciências Humanas e Sociais, Lisboa, 1977, cap. lxxxix, pp. 183-184.

⁷⁹ Jerónimo Zurita, *Anales de la Corona de Aragón*, edición preparada por Ángel Canellas López, vol. 8, Institución “Fernando el Católico” (C. S. I. C.), Zaragoza, 1977, XIX, I, li e lv, pp. 208 e sqq.

⁸⁰ Ambos pub. por Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla, desde Don Alfonso el Sabio hasta los Católicos D. Fernando y D. Isabel*, vol. III (Biblioteca de Autores Españoles, tomo LXX), Atlas, Madrid, 1953.

⁸¹ *Crónica e Vida del Rey D. Affonso o V*, cap. lix: vide Lopes de Almeida (ed.), *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo Licenciado Duarte Nunes de Leão*, Lello & Irmão, Ed., Porto, 1975, pp. 977-979.

⁸² Pub. por Salvagnini, *op. cit.*, doc. liii, p. 85.

⁸³ Vide Harisse, *op. cit.*, e Salvagnini, *op. cit.*, cap. III, pp. 49 e sqq.

britânico apoiado pela França, atacou nas mesmas paragens uma urca flamenga e quatro galés venezianas. É evidente que não foi desta segunda batalha, que se travou quando Cristóvão Colombo passara já uns sete anos em Portugal e estava em Castela haveria já uns dois, que ele se salvou a nado, mas da primeira. Sabe-se aliás que foi em 1485 e não em 1476 que veio a Portugal o primeiro embaixador veneziano de que há notícia, Jerónimo Donato, a que Colón e Las Casas erroneamente aludem neste passo, colocando portanto a sua vinda em 1476⁸⁴. A análise interna da *Vida do Almirante* torna evidente um anacronismo de que D. Hernando se não parece ter apercebido: depois de, no capítulo V, louvando-se em Marc'Antonio Sabellico, datar o combate *de vicino al tempo nel quale Massimiliano, figliuolo di Federico terzo imperatore fu eletto re dei Romani* (o que teve lugar a 16.II.1486 e é portanto *grosso modo* contemporâneo da segunda batalha), afirma no capítulo XII que seu pai *nel fine dell'ano 1483, col suo figliolino don Diego, si partì segretamente di Portogallo*; teria, por conseguinte, deixado Portugal antes de aí ter chegado...

Há que notar que *Coulon*, lit. “pombo” (substantivo atestado em francês antigo desde a *Cantilena de Santa Eulália*, do século IX ou X, depois substituído por *pigeon*, que de início se usava apenas para significar “borracho, cria de pomba”), remonta ao mesmo étimo latino, *columbus*, que Colombo em italiano. Já o português *pombo* e o castelhano *palomo* derivam de um outro termo latino, *palumbus*, que designava originariamente o pombo-torcaz (*Columba palumbus*, L., da família das Columbidae). É por isso que das armas de todos os Colombos — curiosamente, à exceção das do Cristóvão — constam pombas. Não se pode contudo deduzir daí que todos os que usaram tal nome — tal como o historiador brasileiro Rocha Pombo ou entre nós o P.^c Ruela Pombo — ou têm tal ave no brasão hajam saído da mesma família e tenham, por conseguinte, algo a ver com os Colombos, ainda que, ornitologicamente falando, o nome lhes seja aparentado.

Não se sabe ao certo porque davam tanto a Guillaume Casenove⁸⁵, vice-almirante da Normandia, como a três parentes seus o cognome de *Coulon*; talvez por serem aparentados a algum dos Coulons ou Colombos que aparecem na Normandia e na Gasconha a partir de 1152. Quanto ao epíteto *le Vieux*, é evidente que se destina a distingui-lo de Jorge Bissipat, dito *Coulon le Jeune*. Quanto a este, nem D. Hernando Colón nem o Eng.^o Branco

⁸⁴ Cf. Conde de Tovar, *Portugal e Veneza na Idade Média (até 1495)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1933.

⁸⁵ Sobre esta personagem, *vide* Henri Harisse, *op. cit.*, e Salvagnini, *op. cit.*, cap. II, pp. 35 e sqq.

compreenderam que *Coulon le Jeune* não é nome mas alcunha, o que não permite estabelecer a partir dele quaisquer nexos genealógicos. Seria como deduzir do apelido do meu prezado colega e amigo José Luís Gordo Porfírio, antigo diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, que descendia de D. Afonso II, *o Gordo*... O verdadeiro nome da criatura era Jorge Paleólogo Dissipat (ou de Bissipat ou ainda Bicipat como escreve Commynes), em que Dissipat ou Bissipat transcreve aproximadamente o grego δισπατός, “duas vezes cônsul”, título usado no Império Bizantino entre o século VIII e o XI, que em seguida se tornou nome de família. Chamavam-lhe em Veneza *Colombo Zovane archipirata* talvez por ter sido nos primeiros anos da sua carreira em França companheiro de Guillaume de Casenove ou *Coulon le Vieux* (†1483), como o dão a entender alguns documentos venezianos⁸⁶, talvez por parecer a sua reedição — e tão famoso corsário que, segundo D. Hernando Colón, se metia até com seu nome medo às criancinhas que não queriam comer a papa. É desse cognome que provém a confusão, que alguns fizeram já na época, supondo-o sobrinho ou mesmo filho de *Coulon le Vieux*. Na realidade o sentido é, *mutatis mutandis*, o mesmo que o de chamar, como por exemplo faz D. Hernando, “um novo Tito Lívio” ao cronista véneto Marc’Antonio Sabellico. Não se pode daí concluir que tanto este como qualquer um de sobrenome Sabellico sejam na realidade aparentados a Tito Lívio Patavino!

Creio que Hernando Colón pura e simplesmente se equivocou; apesar da sua mania das grandezas, não tem por hábito mentir, mas tão-somente calar o que lhe não convém e insinuar obliquamente, geralmente através de um *dicono alcuni* ou expressão equivalente, o que lhe interessa veicular. Não creio que tenha retocado a história a seu talento para introduzir, como é seu costume, uma achega mais ao encómio de seu pai, neste caso o seu parentesco com Jorge Bissipat e, por seu intermédio, com os imperadores bizantinos; deve simplesmente ter aproveitado a deixa para timidamente insinuar que o corsário era *un uomo segnalato del suo nome e famiglia*. Aliás, imaginando que a batalha se travou entre franceses e venezianos, não podia logicamente dar o seu progenitor como embarcado num vaso genovês, já que na sua história não há genoveses em cena.

Na batalha de 1476 os franceses, aliados dos portugueses na guerra da sucessão de Castela que culminou na batalha de Toro (1.III.1476), não eram capitaneados por Jorge Bissipat, mas por Guillaume de Casenove; e os adversários não eram venezianos mas genoveses. A frota genovesa

⁸⁶ Vide Salvagnini, *op. cit.*, docs. xlv, xlvi e lxxi.

incluía o navio de Gioffredo Spinola, o de Nicolò Spinola e o de Gian Antonio di Negro, que no ano anterior tinham integrado a expedição a Xio em que participou Colombo, e dois outros navios (dos quais um, a nau *Bechalla*, transportava numerosos mercadores de Savona, onde residia o pai de Cristóvão, com bens no valor de 150 000 ducados). Era certamente a bordo desta frota que viajava o nosso homem. É impossível discernir se é propositadamente, para insistir no parentesco e amizade entre seu pai e Jorge Bissipat, se por mero equívoco que D. Hernando o diz embarcado ao lado deste na armada corsária francesa: *dico che mentre in compagnia del detto Colombo Giovane l'Ammiraglio navigava, il che fece lungamente...* Com efeito, nem é certo que Jorge Bissipat tenha tomado parte na aventura de 1476, nem podia Cristóvão Colombo, recém-chegado de Xio, ter tido tempo para com ele ter entretanto “navegado longamente”; nem, sobretudo, teria este jamais recebido em Lisboa o bom acolhimento da colónia genovesa que seu filho diz ter tido, se de qualquer modo fosse conivente nas malfetorias da frota francesa.

Dir-se-ia que o biógrafo do futuro descobridor mudou de cabo a meio da rota, pois começa o capítulo por dar a entender que a vinda de seu pai a Portugal ocorreu por acidente, em consequência de um inesperado ataque corsário ao navio em que viajava; o capítulo, com efeito, começa assim: *Quanto al principio e alla causa della venuta dell'Amiraglio in Ispagna, e di essersi egli dato alle cose del mare, ne fu cagione un uomo segnalato del suo nome e famiglia chiamato Colombo, molto nominato per mare per cagion dell'armata che conduceva contro gli infideli [...], la cui persona e armata è da creder che fosse molto grande, poichè una volta prese quattro galee grosse veneziane...* E entra incontinente na descrição da segunda batalha do Cabo de São Vicente, sem explicar nem como, nem quando, nem porquê seu pai se achava nela. É só duas páginas mais adiante que o faz cair do céu a bordo da armada de Bissipat que, como adiantámos já, não é certo ter participado naquela batalha, mas tão-somente na que nas mesmas paragens ocorreu volvidos exatamente nove anos. Embora haja indícios de que em meados de 1476 o corsário grego andava em companhia de Guillaume Casenove⁸⁷, parece que em seguida se separaram, pois há documentos que atestam que este estacionou durante alguns meses na zona de Lisboa sem porém falar de

⁸⁷ Trata-se de alertas contra os possíveis malefícios da frota corsária de “Colombo e Jorge o Grego” datados de Veneza, 1/VIII/1476, Salvagnini, *op. cit.*, docs. xlv e xlv, cf. doc. lxiii. Cf. o documento E-78 dos Archives des Basses-Pyrénées a que alude Charles de la Roncière, *Histoire de la Marine Française*, vol. II, “La Guerre de Cent Ans – Révolution Maritime”, Plon, Paris, 1900, p. 370, nota 2.

Jorge, o Grego, que um pouco mais tarde vamos encontrar em França, onde Luís XI o encarrega de escoltar D. Afonso V de regresso a Portugal.

Mas, se o futuro descobridor não chegou a Portugal nesta batalha e se vinha já a bordo da armada francesa como pretende o nosso Eng.º, porque deixou ele em testamento legados a favor de dois genoveses da frota de 1476 que aparentemente o ajudaram a salvar-se, Paolo di Negro, irmão de Gian Antonio di Negro, comandante da galeaça *Bettinella*, e Battista Spinola, filho de Nicolò Spinola, comandante de um barinel da mesma frota? E por que motivo não há nenhum documento de arquivo que ateste a sua presença na frota luso-francesa, onde, como aquele dá a entender, deveria ter uma posição cimeira, dada a sua alta jerarquia? Gostaria de saber, pois ignoro-o inteiramente, onde estão publicadas as listas de passageiros a que alude o meu interlocutor. Salvagnini, que publicou 122 documentos dos arquivos de Génova, Milão, Veneza, Florença, Lucca e Brescia sobre o assunto, nem as inclui no seu livro nem de qualquer forma lhes alude; como está fora de questão que o Eng.º Branco as tenha inventado, admito que tenham sido achadas posteriormente, e gostaria então de saber onde estão publicadas. Se permanecem inéditas, pediria a fineza de me informar do arquivo em que se encontram manuscritas, para as poder consultar, pois esse detalhe parece-me de importância.

Não será ocioso discutir aqui, ainda que brevemente, a autenticidade dos codicilos ao testamento colombino a que várias vezes aludimos, já que me recorda ter um dos luminares da *Desordem dos Engenheiros* alegado que eram espúrios, atribuindo a Baldassare ou D. Baltasar Colombo a sua falsificação. Em primeiro lugar, falsificaram-se e continuam a falsificar-se muitos documentos por interesse, mas não me parece que alguém se dê a tal trabalho apenas para confundir os historiadores que hão de vir ao mundo cerca de meio milénio mais tarde. Ora nem Baldassare Colombo nem nenhum outro dos candidatos à herança do descobridor da América tinham o mínimo interesse em inventar legados a favor de terceiros, a descontar no seu quinhão. É verdade que os legados não foram transcritos na cópia autenticada pelo Dr. Antonio Conejo em Aranda, a 22.IX.1517, feita a pedido do segundo almirante, D. Diego Colón, que apenas contém as cláusulas em favor deste⁸⁸; mas constam de uma outra cópia que se conserva em Sevilha⁸⁹, onde foram acrescentadas em 1524 ao testamento de 19.V.1506, lavrado pelo notário Pedro de Hinojedo, pelo notário Pedro de

⁸⁸ Arquivo Geral de Simancas, *Diversos de Castilla*, maço 37.

⁸⁹ Archivo General de Indias, 295, 61.

Azcoitia, seu sucessor no cartório, que deu sua fé de que o copiara de um autógrafo do Almirante. Constam igualmente da cópia autenticada existente no arquivo dos Duques de Verágua, publicada por Navarrete⁹⁰. Seja como for, D. Diego Colón sentiu-se moralmente obrigado a satisfazer os legados estabelecidos por seu progenitor; e como, ao que parece, não o fez em vida, em seu testamento⁹¹, lavrado no mosteiro de Las Cuevas a 16.III.1509, encomendou a seus herdeiros que o fizessem. De qualquer forma o documento foi incluído no memorial dos *Pleitos Colombinos* de 1508-1540, muito antes do nascimento de Baldassare Colombo, pelo que, ainda que interpolação houvesse, jamais poderia ter sido ele o seu autor.

Para terminar a discussão deste ponto, permito-me observar que *Flandres* é um topónimo e que como tal se escreve com maiúscula; o adjetivo (etnónimo) correspondente é *flamengo*, que se pode escrever com minúscula. Há que notar ainda que a Flandres não era um país independente, já que estava desde 1384 integrada no ducado da Borgonha.

De qualquer maneira o parentesco de Cristóvão com Jorge, *o Grego*, por alcunha *Colombo*, o Moço, e por seu intermédio com a derradeira família imperial bizantina, é tão imaginário quanto os outros que Hernando Colón brande para insinuar a origem nobre do pai, descendente de um cônsul romano, parente dos Colombos nobres de Placência, e, a dar fé ao Eng.º Branco, até dos antigos reis de Judá e, por conseguinte, de Nosso Senhor Jesus Cristo!

Conclusão

O Eng.º Branco baseia-se sistematicamente nos documentos que lhe convêm, deixando de lado os demais. Jamais procura explicar o facto insólito de durante quase 200 anos, quando havia mais documentos sobre a matéria do que os que subsistem hoje — nomeadamente os assinados por *Christophorus Columbus de Terra Rubra*, que seu filho viu mas ao depois se sumiram —, ninguém ter posto em dúvida a origem genovesa do descobridor, vindo as primeiras dúvidas a ser levantadas apenas quando já muita documentação havia desaparecido.

Faz o Eng.º Branco sobretudo fogo com a *Vida do Almirante*, escrita por seu filho, que analisa acriticamente, sem tentar discernir os pontos em que teria o autor razões para embelezar, exagerar, empolar ou mesmo distorcer um tanto certos rasgos da biografia paterna, dos pontos em que nenhum interesse em o fazer se deixa adivinhar. Dada a importância que confere a

⁹⁰ *Op. cit.*, doc. clviii, pp. 489-491.

⁹¹ Pub. por H. Harisse, *op. cit.*, vol. II, apêndice B, doc. I, pp. 455-463.

essa fonte, fica o leitor sem entender por que razão se há de dar fé a tudo quanto no livro se contém, exceto apenas à afirmação de que o pai do autor era o italiano Colombo e de que apenas ao mudar-se para Castela decidiu alterar para *Colón* seu apelido.

Se bem acompanho os meandros do seu pensamento, não haveria finalmente um Cristóvão Colombo mas dois — Cristóvão Colombo (ou Cristoforo Colombo) e Cristóvão Colombo' (ou Cristóbal Colón) — nascidos com cerca de quatro anos de intervalo. Um seria genovês, o outro não (embora não resulte claro de onde fosse natural); um não teria estudos, o outro, embora não fosse italiano, tê-los-ia feito em Pavia. E, no entanto, apesar de ter estudado em Itália, não falava italiano! Dir-se-ia que era burro para línguas; mas afinal não se lhe deve creditar senão uma burrice seletiva, pois falava bem latim... Ambos teriam por pai um tal Domingos, o de Génova, porque assim o provam numerosos documentos notariais, o descobridor porque se sabe que seu irmão Bartolomeu Colombo deu à cidade que fundou em 1498 na ilha de Haiti ou Espanhola o nome de Santo Domingo, em homenagem a seu pai. Ambos teriam dois irmãos, chamados um deles Bartolomeu, o outro Jácome, Tiago ou Diogo, que tudo vem a dar ao mesmo. Um teria falecido em 1506, o outro não longe disso, já que é *grosso modo* na mesma década que as fontes históricas disponíveis cessam de o mencionar. Não estou de crer que a Natureza gagueje tanto...

Para mais, bem lido o comentário do Eng.^o Branco, chega-se à conclusão de que a Natureza gaguejou mais ainda, pois ao fim e ao cabo não produziu apenas dois Cristóvãos Colombos, mas mesmo três — uma vez que o Cristóbal Colomo a quem foram feitos pagamentos no arraial dos Reis Católicos não é identificável com nenhum deles: nem com *Cristóvão Colombo*, o tecelão, que por um lado tinha um *b* a mais e por outro é apresentado como jamais tendo estado em Espanha, nem com *Cristóvão Colombo'*, o descobridor, que tinha não só um *o* mas também uma pata a menos na nasal final; seria, por conseguinte, o *Cristóvão Colombo*". O descobridor seria antes identificável com o português anónimo a quem foi feito um pagamento a 18.X.1487 — de cuja identidade parece ser prova insofismável o facto de ter sido pago na presença do doutor Francisco Maldonado de Talavera, que, como havia sido nomeado para examinar o potencial descobridor em matéria de astronomia, estava aparentemente proibido pelos médicos de assistir a outros pagamentos, inclusive ao que se fizesse a qualquer moço português que o futuro Almirante eventualmente trouxesse consigo... Dir-se-ia, por conseguinte, que os Colombos eram como as costelas: havia verdadeiros, falsos e flutuantes...

Ao cabo de toda esta discussão, é possível que o Eng.º Branco se sinta um pouco na situação de quem foi buscar lã e saiu tosquiado; a culpa, porém, não é minha, mas de certo laneiro de Génova...

Com o que escrevi e com o que ora escrevo procuro apenas repor a verdade dos factos, tal como os documentos que subsistem no-la deixam entrever, doa a quem doer, pois, como dizia João de Barros, “a melhor parte da História é a verdade dela” — pelo que já fui acusado, em documento que circula na *internet*, de ser movido e inspirado “pela clique trotskista e antipatriótica que domina o departamento de História da Universidade Nova de Lisboa”. Não importa. Prefiro o apodo de trotskista ao de galopskista, que assenta melhor aos que cavalgam tão céleres as asas da sua fantasia que perdem de vista a realidade das coisas.

Por mim, quando sucede enganar-me, estou pronto a dar a mão à palmatória, como faço em três passos da minha coletânea de artigos publicada em 1995 *De Ceuta a Timor*, em que agradeço a antigos alunos meus, que examinaram melhor certos pormenores que eu não estudara bem, as correções que me fizeram e prontamente aceitei.

Se me quisesse celebrar à força, dizendo o contrário do que toda a gente diz, como o mundo gosta de ouvir, não perderia tempo com Cristóvão Colombo, sobre quem praticamente tudo está já dito: dedicar-me-ia por exemplo ao almirante turco Piri Reis, figura igualmente cercada de mistérios, defendendo que era afinal português, chamado em sua terra Pires dos Reis, nado e criado em Viseu, onde adquirira experiência náutica pondo barquinhos de papel a vogar no rio Pavia. É muito possível que daí em diante contasse com o apoio incondicional da Câmara Municipal de Viseu para as minhas investigações...